

**A REPRESSÃO FINANCEIRA COMO MECANISMO DE VIABILIZAÇÃO  
DAS PEQUENAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS: O CASO DA  
ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA DE MOAMBA**

**Victor Abed Nego Selindane**

Universidade Eduardo Mondlane  
Faculdade de Economia  
Curso: Contabilidade e Finanças

Maputo

setembro 2025

**VICTOR ABED NEGRO SELINDANE**

**A Repressão Financeira como Mecanismo de Viabilização das Pequenas Explorações Agrícolas; o caso da Associação Agropecuária de Moamba**

**TRABALHO DE LICENCIATURA APRESENTADO  
AO CURSO DE LICENCIATURA EM  
CONTABILIDADE E FINANÇAS DA FACULDADE  
DE ECONOMIA NA UNIVERSIDADE EDUARDO  
MONDLANE.**

**MAPUTO**

**2025**

## **DECLARAÇÃO DO AUTOR**

Declaro que este trabalho com o tema: **A Repressão Financeira como Mecanismo de Viabilização das Pequenas Explorações Agrícolas; o caso da Associação Agropecuária de Moamba**, é da minha autoria e resulta de trabalho de investigação. Esta é a primeira vez que submeto para obter o grau académico de licenciatura numa instituição educacional.

---

(Victor Abed Nego Selindane)

Maputo, aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

## **APROVAÇÃO DO JÚRI**

Este trabalho foi aprovado com \_\_\_\_\_ valores no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025 por nós membros do júri examinador de Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane.

---

(O presidente do Júri)

---

(O Arguente)

---

(O Supervisor)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu pai João Manuel Andrade, à minha avó materna, Vasta Siteo e aos meus tios maternos Ananias e Lice, todos em memória.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus, o Todo-Poderoso por ter me protegido e me dado forças para que conseguisse concluir o curso, não obstante as adversidades encontradas.

Em segundo lugar agradeço ao meu estimado supervisor o Prof. Doutor Fernando Lichucha pela paciência, confiança, orientação, dedicação, minúcia na leitura do trabalho e aconselhamentos, que mesmo sem perceber o motivo da demora da submissão ao júri, esteve sempre presente e de braços abertos. Na Faculdade de Economia da UEM os agradecimentos são extensivos a todo corpo docente e funcionários que sabiamente ajudaram a atravessar diversas fases do percurso acadêmico.

Agradeço aos membros da “DS” (Discípulos de Saíde) pelo companheirismo, amizade e honestidade. Os membros da DS são; Eduardo Saíde Mavie, Ana Ngoenha, Marlino Mubai, Emílio Chimene, Isaque Calanga e Hermenegildo Chambal. Ao Calanga agradeço ainda pelo encorajamento final. Em simultâneo agradeço ao, João Menete, Rutuane Ussene Valige, Armino Gomes Mercês Lima, Hermenegildo Mavale e Osvaldo Pessane pela amizade e companheirismo na Faculdade de Economia.

De forma especial agradeço à minha mãe, Medi Valente Nhancale pela luz que dá a minha vida e igualmente ao meu padrasto Leonardo Macuvele pelo inestimável papel na minha vida e aos meus irmãos; Rui, Agostinho, Nelson e Elias. O Elias pelas forças e companheirismo na vida.

À todos vocês o meu Kxanimambo!

Conteúdo	
DECLARAÇÃO DO AUTOR.....	i
APROVAÇÃO DO JÚRI.....	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	iv
Lista de Abreviaturas e Acrónimos .....	v
<b>Capítulo I</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1.1 Contextualização</b> .....	1
<b>1.2 Problematização</b> .....	1
<b>1.3 Delimitação no espaço e no tempo</b> .....	2
<b>1.4 Objectivos</b> .....	2
<b>1.4.1 Geral</b> .....	2
<b>1.4.2 Específicos</b> .....	3
<b>1.5 Justificativa</b> .....	3
<b>1.6 Metodologia</b> .....	3
<b>1.7 População e Amostra</b> .....	5
<b>1.7.1 Recolha de Dados</b> .....	5
<b>1.7.2 Análise e Interpretação de dados</b> .....	5
<b>1.8 Estrutura da Monografia</b> .....	6
<b>Capítulo II</b> .....	7
<b>Revisão de Literatura</b> .....	7
<b>2.1 Análise do Mecanismo de Financiamento Agrícola e suas Implicações na Agricultura</b> .....	7
<b>2.1.1 Mecanismos Actuais de Financiamento à Agricultura</b> .....	7
<b>2.1.2 O Circuito Financeiro da Banca Comercial</b> .....	12
<b>2.1.3 Desempenho da Banca Comercial no Financiamento Agrícola</b> .....	15
<b>2.2 Teoria de Repressão Financeira</b> .....	16
<b>2.2.1 Contexto e Surgimento da Teoria: o desenquadramento da Liberalização Financeira</b> .....	17
<b>2.2.2 Precusores da Teoria e seu Posicionamento</b> .....	17
<b>2.2.3 Pressupostos da Teoria</b> .....	18
<b>2.2.4 Como o Tema Será Lido a Luz da Teoria?</b> .....	20
<b>2.2.5 Pontos importantes da Teoria revista</b> .....	21
<b>2.3 Mecanismo de Repressão Financeira através do FDA e a Relação com outras Instituições</b> .....	22

2.3.1 Enquadramento do FDA no Financiamento das Associações Agrícolas.....	22
2.3.2 Questão Financeira do FDA e Percepção Camponesa.....	23
2.3.3 A Planificação Agrícola para as Associações Agrícolas.....	24
2.3.4 A Relação Institucional e outros Suportes para o Financiamento Agrícola .....	25
2.3.5 Mercados dos Produtos Agrícolas da Associação Agrícola de Moamba .....	28
2.4 Conceptualização .....	28
2.4.1 Repressão Financeira.....	28
2.4.2 Associações Agrícolas.....	29
2.4.3 Crédito Agrário .....	30
2.4.4 Taxas de Juros .....	30
<b>Capítulo III.....</b>	<b>31</b>
<b>3. O Papel da Agricultura e das Pequenas Explorações Agrícolas em Moçambique.....</b>	<b>31</b>
3.1 O Papel da Agricultura para a Economia e no Desenvolvimento.....	31
3.2 As Pequenas Explorações Agrícolas e o seu Impacto na Agricultura.....	33
3.3 Surgimento e a Endogeneidade das Associações dos Produtores Agrícolas .....	37
<b>Capítulo IV .....</b>	<b>39</b>
<b>O caso da Associação Agropecuária de Moamba: o Camponês X.....</b>	<b>39</b>
4.1 Localização, Características Físicas e Económicas de Moamba.....	39
4.2 Enquadramento Contabilístico do Estudo de Caso. ....	41
4.3 Questões Financeiras Globais .....	42
4.4 Questões Financeiras sobre a Batata-reno.....	47
<b>Capítulo V.....</b>	<b>50</b>
<b>Conclusão e Recomendações .....</b>	<b>50</b>
5.1 Conclusão.....	50
5.2 Recomendações.....	51
<b>Bibliografia .....</b>	<b>52</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>57</b>

## Lista de Tabelas

Tabela 1-Instituições Financeiras em Actividade.....	10
Tabela 2-Evolução de Agências de Bancos em Funcionamento por Província.....	14
Tabela 3-Quotas de Mercado dos Bancos Comerciais.....	14
Tabela 14-Demonstração de Resultados Relativas do Serviço da Dívida.....	46
Tabela 15-Demonstração de Resultados da Cultura da Batata-reno.....	47
Tabela 16-Demonstração de Resultados do Serviço da Dívida da Cultura da Batata-reno.....	48
Tabela 17-Mapa de Componentes para o Crescimento das Culturas.....	58
Tabela 18-Demonstração de Resultados Relativos (2018).....	59
Tabela 19-Demonstração de Resultados Relativos (2019).....	60

## Lista de Figuras

Figura 1-Estágios de Mobilização de Capital.....	11
Figura 2-Credencial.....	57

## RESUMO.

O trabalho analisa o mecanismo de viabilização das pequenas explorações agrícolas através da repressão financeira. O mecanismo de viabilização das pequenas explorações agrícolas assenta na repressão financeira que através de fundo agrário limita o tecto das taxas de juros nas pequenas explorações agrícolas. Através da bibliografia, documentos, entrevistas e um estudo de caso procura-se analisar como este fenómeno toma lugar. Há que realçar que a repressão financeira é implementada à luz do Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA). A repressão financeira é crucial para as pequenas explorações agrícolas por viabilizá-las, abastecendo-se o mercado com produtos de grande risco produtivo, acto tomado pelo financiamento aos camponeses e criando-se sinergias entre os camponeses, Estado e consumidores. O tecto criado para as taxas de juro pelo FDA é crucial, pois, criam uma situação de “*win-win*” aos diversos intervenientes. A extensão deste mecanismo seria benéfico e dinamizador para o país no sector agrícola.

## Lista de Abreviaturas e Acrónimos

A.H	Análise Horizontal
A.V	Análise Vertical
BCI	Banco Comercial e Investimentos
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BM	Banco de Moçambique
BNI	Banco Nacional de Investimentos
BPD	Banco Popular de Desenvolvimento
BR	Boletim da República
BST	Banco Standard Totta
BT	Bilhete de Tesouro
CAP	Censo Agropecuário
EMP	Escola Machamba do Produtor
FDA	Fundo do Desenvolvimento Agrário
GZV	Gabinete das Zonas Verdes
ha	Hectares
IAI	Inquérito Agrário Integrado
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDN	Investimento Directo Nacional
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOF	Inquérito do Orçamento Familiar
MADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério de Administração Estatal
MASA	Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar
MEF	Ministério de Economia e Finanças
MMI	Mercado Monetário Interbancário
MZB	Moza Banco
ONG	Organização Não-Governamental
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PD	País Desenvolvido
PEA	População Economicamente Activa
PGC/NIRF	Plano Geral de Contabilidade/Normas Internacional de Relato Financeiro
PGC/PE	Plano Geral de Contabilidade/Pequenas Empresas
PIB	Produto Interno Bruto
PIB <sub>pc</sub>	Produto Interno Bruto a Preços Correntes
PNEA	População Não Economicamente Activa
PVD	Países em Via de Desenvolvimento
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (do inglês <i>United States Aid for International Development</i> ).

# Capítulo I

## Introdução

### 1.1 Contextualização

Com a independência nacional o sistema de financiamento do regime colonial foi substituído por outro que pudesse massificar os benefícios às populações. Como resultado de diferentes desafios (internos e externos), a resposta interna tornou o sistema económico centralizado no Estado, limitando as capacidades das populações e das possibilidades de inovação. O sistema centralizado com tempo rompeu-se e foi substituído pela liberalização da economia. Embora houvesse a mudança de regras com a liberalização da economia, os efeitos desejados não foram alcançados.

Na lógica da liberalização procuraram-se mecanismos de tornar o mercado financeiro efectivo, o que tornava-se difícil dado o desenvolvimento e os factores influenciadores do sistema financeiro. É nesta perspectiva que opta-se em criar algumas linhas de repressão financeira como forma de tornar viáveis os sectores estratégicos produtivos. Os pequenos camponeses do sector agrícola considerados como estratégicos foram abrangidos e foi criado mecanismo de financiamento para a sua viabilização.

A importância do sector agrícola é evidenciado pelo facto do país ter mais de 70% da população no sector agrícola e vivendo nas zonas rurais (IOF, 2014/2015). Moçambique tem dotação de factores em terras férteis, mão-de-obra, água, sol, rotas marítimas vantajosas, variadas zonas agroclimáticas que dão para produzir várias e diferentes culturas em melhores épocas de mercado (USAID, 2008: 5). Apesar desta situação, a agricultura tem sido uma actividade de grande risco na economia moçambicana, sendo o risco inverso ao tamanho da área cultivada. As pequenas explorações agrícolas são a garantia de produtos alimentares frescos para as cidades, vilas entre outros, enquanto são também fonte de emprego, rendimento e segurança alimentar.

### 1.2 Problematização

A repressão financeira tem sido estrategicamente usada no financiamento de economias recém-independentes, em condições delicadas e em economias financeiras liberais para tornar sustentáveis os sectores estratégicos (Jafarov et. al., 2020). Certos sectores operam num ambiente financeiramente inviável, sendo alvos sistemáticos de diversos factores nefastos. Assim sendo, procura-se apurar o grau de efectividade dos mecanismos de financiamento para viabilidade agrícola e o impacto que pode ter no desempenho.

As pequenas explorações agrícolas como empresas não recebem crédito como as outras devido ao risco e dinâmicas inerentes as actividades do sector. Embora haja intensa necessidade de créditos de curto prazo no sector, as taxas de juros são elevadas e o ambiente em que estão envolvidas ameaçam o retorno à banca. Studart (2003:3) sem fugir da abordagem, mas, com argumento diferente e centrando-se no Estado resume a questão de fundo ao indagar sobre o papel do Estado no mercado financeiro dado a inviabilização que liberalização trouxe em alguns sectores, em especial estratégicos.

É nesta perspectiva que pretende-se saber qual e como manifesta-se o papel do financiamento público (Estado) para viabilização da produção das pequenas e médias explorações agrícolas?

### **1.3 Delimitação no espaço e no tempo**

O trabalho aborda o papel que a Repressão Financeira tem na viabilização da produção agrícola das pequenas e médias explorações em Moçambique, olhando o Distrito de Moamba na Província de Maputo. O trabalho é feito no contexto da liberalização económica que iniciou em 1987 com o Programa de Reabilitação Económica (PRE), que trouxe consigo a liberalização financeira. Constatase que a liberalização financeira não criou o desiderato expectável em termos de financiamento aos diferentes sectores levando com que as ferramentas fossem ajustadas para o ambiente em causa. Neste âmbito foram analisadas as contas dum Camponês da Associação Agrícola de Moamba em 2018 e 2019. Estes anos foram as possíveis, pois, a associação não têm contabilidade organizada, recorrendo-se a reunião de documentos dispersos de vários camponeses e memória dos mesmos para dar uma segurança mínima quanto as transacções. O trabalho vai até 2020, pois, a partir deste ano entrou-se em confinamento social em virtude da Covid-19, em que a mobilidade internacional e interna foi restringida até o início de 2023. A partir de 2023 vieram os problemas eleitorais e suas consequências. Estes factores deram uma dinâmica social atípica não sendo por isso abrangidos no trabalho.

### **1.4 Objectivos**

Os objectivos para o presente trabalho são divididos em dois; o geral e os específicos.

#### **1.4.1 Geral**

- Analisar a viabilidade do mecanismo de financiamento e âmbito da acção da repressão financeira na agricultura de pequena exploração, tomando as associações agrícolas como foco. As associações agrícolas são importantes por agregar vários camponeses numa determinada área, o que dá um poder de negociação acrescido em relação às diversas instituições agrícolas.

### **1.4.2 Específicos**

- Demonstrar a causa de recorrer-se a repressão financeira para agricultura de pequena exploração e como o contexto social, político e económico da banca comercial não alcança estes pequenos produtores;
- Descrever como o mecanismo de financiamento com base na repressão financeira torna-se viável para a agricultura de pequena exploração e a forma de interacção dos diversos factores e actores;
- Demonstrar através do estudo de caso o mecanismo que torna viável o financiamento, i.e, olhando concretamente a Associação Agropecuária de Moamba.

### **1.5 Justificativa**

Com a liberalização financeira notou-se que houve um desequilíbrio criado, por não integrar-se sectores com maior risco, embora estratégicos (Nistch e Santos, 2001; Yulek, 2017 e Jafarov et. al., 2020). Os sectores estratégicos garantem a sociedade produtos agrícolas frescos.

Os países que têm os seus sistemas financeiros incipientes não conseguem suprir com os seus deveres básicos, estando sempre num desequilíbrio. O desequilíbrio coloca os países em instabilidade crónica, sem conseguir responder as necessidades básicas da sua população, principalmente no nosso caso no abastecimento das zonas urbanas em produtos agrícolas frescos. Como forma de mitigar este cíclico problema, outros mecanismos (essencialmente de financiamento) foram criados, ajustando-se as acções para tornar viáveis os sectores estratégicos, neste caso, garantindo a segurança alimentar. É nesta pretensão que olha-se à repressão financeira como solução.

### **1.6 Metodologia.**

O trabalho usa os métodos; bibliográfico, documental e do estudo de caso. No método bibliográfico a análise centra-se em livros, artigos, internet entre outras, sobre a agricultura, Repressão Financeira, mecanismo de financiamento comercial no sector agrário em especial pequenas explorações agrícolas. Com o método documental faz-se o enquadramento teórico das instituições e dos pressupostos teóricos da mesma, assegurando a conformidade com a Teoria de Repressão Financeira através aos documentos oficiais das instituições. Entretanto, o Estudo de Caso permite através da observação, construção, análise aprofundada e exaustiva do objecto de estudo de modo a obter um amplo e detalhado conhecimento (Marconi e Lakatos, 2009) das circunstâncias analisadas. Neste caso, procura-se descrever através de ferramentas dispostas como serão construídas, analisadas os instrumentos financeiros de modo a demonstrar a manifestação da repressão financeira na pequena

exploração agrícola.

Os métodos supracitados são combinados com as técnicas de Análise Financeira Vertical (AV), Análise Financeira Horizontal (AH) e de Entrevista. O uso das técnicas de AV e AH centra-se com a necessidade de evidenciar o mecanismo de construção de repressão financeira. A AV segundo Wernke (2014:118) propicia informações a respeito da estrutura das Demonstrações Financeiras (DF) com a finalidade de demonstrar a participação percentual de cada conta do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados (DMR) em relação ao total que esta integra no período investigado. É através desta técnica que irá apurar-se a viabilidade da repressão financeira, evidenciando-se pelo percentual das rubricas. Para o mesmo autor através da A.H procura-se aferir a variação anual do desempenho das rubricas das Demonstrações de Resultado em estudo. A associação e os camponeses não têm contabilidade organizada. Entretanto, as Demonstrações de Resultados (DMR) foram feitas mediante a construção a partir de diversos documentos, pela contribuição e experiência de diversos actores. Os documentos fornecidos foram constituídos de recibos, facturas, artigos, decretos e outros que ajudam a recompor e a organizar a informação financeira.

A Técnica de Entrevista é despadronizada ou não estruturada, i.é., não há uso de guião, há flexibilidade interactiva, tendo procurado manter-se contacto recorrente com os entrevistados de modo a clarificar ou obter respostas de questões emergentes ao longo do trabalho, procurando perceber o funcionamento, dinâmica da associação e dos elementos que reflectem e apoiam as técnicas contabilísticas e financeiras. Esta técnica cingiu-se na interacção com Associação Agropecuária de Moamba no geral e em termos específicos com um camponês designado por X, devidamente identificado no Bloco I. O mesmo trabalho pretendeu-se no FDA<sup>1</sup> (Fundo de Desenvolvimento Agrário) só que o exercício não foi feliz, dado a não abertura recorrente da instituição para a interacção. Esta impossibilidade contornou-se pelos documentos fornecidos pelos camponeses e os seus circunstancialismos.

A informação qualitativa e documentos foram informalmente obtidos através da conversa com os camponeses após obter uma determinada confiança. As informações eram fornecidas em conversas informais, sendo a dimensão destas variáveis e dependentes de vários factores (campo de trabalho, tarefa, conhecimento do assunto, aleatoriedade na presença, abertura do camponês entre outros). Desta forma, não distinguem-se os nomes dos mesmos dando apenas a denominação de camponeses ao longo do trabalho, existindo a distinção apenas para o fornecedor de dados financeiros básicos.

---

<sup>1</sup> Desde 2021 denomina-se por FFAER (Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural, IP).

## **1.7 População e Amostra**

A Associação Agropecuária de Moamba foi selecionada na base de entidades agrícolas com financiamento recebido do FDA. Esta Associação opera em parte na base de regras de financiamento do FDA num mecanismo de crédito solidário<sup>2</sup>.

A escolha da Associação Agropecuária de Moamba como amostra é por julgamento ou propósito, pelo facto de ter-se como foco (propósito) a busca de uma unidade que possa responder ao perfil de repressão financeira de acordo com o princípio criado, i.e., a interacção financeira entre o FDA e os camponeses. Neste modelo de escolha da amostra há maior flexibilidade por apreender-se no terreno muita informação não financeira que torna a compreensão e desempenho financeiro melhor, seleccionando e aprimorando o objecto de análise.

### **1.7.1 Recolha de Dados**

A recolha de dados sobre a Associação Agropecuária de Moamba pretendeu-se em primeiro lugar no FDA, em seguida na Associação Agropecuária de Moamba e por fim no Camponês. Este mecanismo alicerça-se pelo propósito de entender o substracto da operação do FDA (vide o anexo 1). O FDA embora tenha se demonstrado receptivo e até tendo havido interacção preliminar, a mesma não disponibilizou o material necessário, passando abruptamente a não responder as chamadas e demonstrando-se indisposta ao desiderato pretendido, alegando a espera da autorização da nova direcção e nunca mais disponibilizando-se para a entrevista. Portanto, o posicionamento do FDA não inviabilizou o cruzamento da informação, os dados disponíveis foram analisados consoante técnicas contabilísticas e financeiras e conforme a informação e percepções dos entrevistados. Esta abordagem foi possível pela reunião da legislação, artigos e panfletos possíveis produzidos pela instituição e recebidos pelos camponeses da associação.

### **1.7.2 Análise e Interpretação de dados**

A análise de dados é essencialmente financeira e foi combinada com as percepções dos camponeses. Os dados foram obtidos na associação e no agricultor, dado a inviabilização no FDA. Nesta perspectiva, os dados financeiros correspondem a conjugação dos elementos elencados e orientados

---

<sup>2</sup> Este crédito é baseado na experiência de Muhammad Yunus no Banco Grameen. Muhammad Yunus (2002) fala do crédito fornecido à um grupo de mulheres em que entre elas tinha de prevalecer a disciplina, responsabilidade, interajuda e inter-comunicação para o sucesso do reembolso do crédito.

para verificação da viabilidade da repressão financeira para o agricultor de pequena escala. Entretanto, reconhece-se que os dados financeiros não captam a repressão financeira inteiramente, outros factores qualitativos são importantes para o resultado. A interacção dos fenómenos qualitativos e quantitativos é crucial para uma visão ampla e abrangente da repressão financeira.

### **1.8 Estrutura da Monografia**

A monografia é constituída por quatro capítulos. O primeiro capítulo é a Introdução. O segundo capítulo corresponde à revisão de literatura que na essência explica as razões da Teoria de Repressão Financeira, as questões à ela ligadas. No capítulo III caracteriza-se o papel da agricultura, especificamente as pequenas explorações agrícolas. No capítulo IV faz-se análise do mecanismo de financiamento agrícola e as implicações. Neste capítulo faz-se a análise profunda do porquê do não uso da banca comercial, o veículo por excelência de financiamento à economia. No capítulo V faz-se o estudo de caso da Associação Agropecuária de Moamba, com foco à um agricultor da Associação. Por fim, temos a conclusão e recomendação.

## Capítulo II

### Revisão de Literatura.

Este capítulo sobre a Revisão da Literatura é constituído por 4 pontos, nomeadamente; (i) a Análise do Mecanismo de Financiamento Agrícola e as suas Implicações; (ii) a Teoria de Repressão Financeira; (iii) Mecanismo de Repressão Financeira através do FDA e a Relação com outras Instituições; e, (iv) a Conceptualização.

A primeira secção procura caracterizar e demonstrar as lacunas existentes no sector financeiro e como as lacunas serão minimizados pela Teoria de Repressão Financeira que é analisada na segunda secção. Na terceira secção analisa-se o ambiente de implementação da teoria, procurando demonstrar o seu enquadramento e os problemas existentes neste acto, olhando a relação institucional e o funcionamento. A instituição em causa é o FDA, responsável por operacionalizar a Repressão Financeira. A última secção traz os conceitos chaves no trabalho.

### 2.1 Análise do Mecanismo de Financiamento Agrícola e suas Implicações na Agricultura.

De acordo com Maleiane (2016) o sistema financeiro é constituído por Políticas, Instituições e Legislação. As Políticas podem ser macroeconómicas e de mercado. Os mercados dividem-se em monetários<sup>3</sup> e de capitais. As Instituições podem ser monetárias (MMI)<sup>4</sup> e não monetárias<sup>5</sup>. A legislação contempla assuntos inerentes ao sector. O Trabalho aborda a complementaridade entre as instituições neste caso as monetárias e de capitais.

#### 2.1.1 Mecanismos Actuais de Financiamento à Agricultura

A questão de financiamentos é essencial para qualquer economia. De Carvalho (2010; 118) fala das seguintes funções do financiamento; (i) fornecer meios de trocas que facilitem o comércio interno e externo, (ii) mobilizar eficazmente a poupança, pela quantidade e qualidade de produtos financeiros que coloca a disposição dos aforradores, (iii) permitir aos agentes económicos a realização de investimentos superiores à sua capacidade de poupança, (iv) seleccionar os investimentos através da afectação eficiente do crédito, e, (v) reduzir o preço do crédito e limitar o risco através da informação que recolhe e põe a disposição dos agentes económicos.

---

<sup>3</sup> Os Mercados Monetários são constituídos por Mercados Monetários Interbancários (MMI), Bilhetes de Tesouro (BT), Permutas etc.

<sup>4</sup> As Instituições Monetárias são; Banco Central, Bancos Comerciais, Cooperativas e Microbancos.

<sup>5</sup> As Instituições não Monetárias são; seguradoras, Fundos e Sociedades Financeiras, Microfinanças, Compras em Grupos, Casas de Câmbios e Bolsas de valores.

Hanohan e Beck (2007) afirmam que um sistema financeiro forte é necessário para que haja um crescimento económico que trará vários benefícios pela distribuição da renda, notando-se que, embora, hajam várias tentativas neste sentido, os resultados têm sido pouco animadores em África. Os autores relevam três ideias como pilares para a solução deste problema que são: (i) necessidade de um desenvolvimento institucional e que seja forte; (ii) procura de soluções locais flexíveis e; (iii) procura de uma maior inclusividade no projecto, em que os reguladores facilitem a emergência de ideias e infra-estruturas locais.

Após a Liberalização Económica o sistema financeiro moçambicano tem diversificado as suas actividades, aumentou a concessão de créditos, a cobertura e introduz regularmente novas tecnologias (Massarongo,2012). Porém, ainda há um grande caminho por percorrer, evidenciado pela escassez de financiamentos e acesso limitado das pequenas e médias empresas, em especial as actividades nas zonas rurais como agricultura (Hanohan e Beck, 2007). Quanto ao financiamento, os autores afirmam que na melhor das hipóteses, apenas 20% dos agregados familiares africanos tem acesso e as pequenas e médias empresas têm dificuldades de acesso ao crédito e a outros serviços financeiros de que necessitam para crescer.

No geral, o financiamento das actividades produtivas é feito fora dos padrões e dinâmicas formais de financiamento do Estado (Muianga; 2012; 209 e Muianga e Massarongo: 2011). Vários autores (Muianga, 2012: 209; Castel-Branco, 2012; Ossemame, 2011 e Amarcy e Massingue: 2011) falam das dinâmicas da expansão da actividade bancaria e dos serviços financeiros à escala nacional procurando somente “*o que existe e não o que falta*”. A não captação de certos sectores pelo financiamento adia um certo potencial para a economia entre elas a agricultura. Cunguara (2011:8) faz notar que o aumento da produtividade agrícola multiplicaria os benefícios a população pelos vários mecanismos a notar; (i) reduzir a inflação pela redução da importação dos produtos agrícolas que estão regularmente sujeitos ao aumento dos preços dos combustíveis no mercado internacional<sup>6</sup>; (ii) aumento da produtividade que daria melhor segurança alimentar e nutricional; e, (iii) melhores rendimentos familiares.

O sector agrícola tem vários factores que tornam o seu circuito em desequilíbrio, acto que interfere em várias actividades até no mercado de crédito. USAID (2008: 13) afirma que em Moçambique e na África Austral, o sector privado depende de auto-financiamento e dos lucros retidos do que dos pacotes bancários, devido a problemas inerentes ao acesso ao crédito e de taxas de juros elevados. Os

---

<sup>6</sup> Perspectiva aprofundada na análise de Arndt, C. et al. (2008).

pacotes financeiros apresentam custos elevados de transacções, preços voláteis e assimetrias de informação.

Por outro lado, USAID (2007: 12) afirma que mesmo os créditos direccionados para agricultura são utilizados para outras actividades tais como, transporte, marketing, processamento, comercialização facto derivado da complexidade e conexões do sector, e, mesmo que se fale da agricultura existem produtos específicos que são tomados nesta vertente que são; chá, açúcar, castanha de caju, sisal, copra, algodão e outros. Ainda para o autor, o sector apresenta elevados custos operacionais inerentes a prestações de serviços financeiros tradicionais em pequenas dimensões para áreas com baixa densidade e pobres infra-estruturas de transportes e comunicações, significando o aumento do risco empresarial que aumenta o risco de crédito e reduz a possibilidade de viabilização do financiamento.

Para USAID (2007) o problema do crédito está ligado aos empréstimos e que os mercados financeiros precisam ser competitivos, pois, as taxas de juros reflectem esse custo de oportunidade dos recursos financeiros e são importantes na triagem dos fundos. As taxas de juros em Moçambique são elevadas, o que é justificado por razões económicas, não por questões relacionadas com a inflação. Das Neves (2003) afirma que estes factores retiram a competitividade das taxas de juros para os empréstimos, verificável pelo enorme “*spread*” da taxa de juros entre os empréstimos e depósitos. Ao se fazer análise de “*spreads*”, o autor afirma que a banca somente sobrevive de comissões, resultado de esmagamento das margens financeiras devido a elevada concorrência.

Nota-se na concorrência para créditos eficientes uma limitada disponibilidade de outros acessórios como, a má qualidade das estradas e pontes rurais, fraca investigação agrícola, mau fornecimento de electricidade, infra-estruturas de comercialização, armazenamento, portos, linhas férreas e obras de irrigação que aumentam significativamente o custo de estabelecimento, operacionalização e o risco, reduzindo o acesso ao mercado nacional, regional e global para os produtos (USAID, 2007: 24). Os grandes agricultores transpõem os problemas por pressão ao governo ou por recorrer ao mercado de capital internacional.

Castel-Branco (2002: 199-202) vai além destas abordagens e coloca ainda mais os seguintes problemas; (i) proprietários inexperientes, gestão deficitária, falta de plano de negócios, estratégias e firmas com fraca consolidação; (ii) contabilidade desorganizada; (iii) fraca partilha de informação interbancária; (iv) custos elevados para o estabelecimento de contratos por que os sistemas não são locais e o sistema legal é muito deficiente. Além dos problemas relacionados com a liberalização que restringiu os empréstimos domésticos, o autor nota que há fraca circulação monetária e há necessidade

de maximização dos benefícios da banca através de elevados “*spreads*”, empresas ineficientes e procura de ganhos oligopolísticos pelos bancos.

Embora incipientes, a banca é a instituição financeira por excelência em Moçambique e domina o sistema financeiro do país, sendo a sua vitalidade um imperativo para a economia. Entretanto, enormes desafios a banca tem, ela precisa ser inovadora de modo a captar a dinâmica social em que está inserido. A Tabela 1 abaixo demonstra a importância da banca comercial no panorama das instituições financeiras.

Tabela 1-Instituições Financeiras em Actividade

<b>Tipo de Instituição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Variação 2017/18</b>
<b>Bancos Comerciais</b>	18	19	19	19	18	-1
<b>Microbancos</b>	11	9	10	11	10	1
<b>Cooperativas de Crédito</b>	7	8	9	9	8	-1
<b>Sociedades de Investimento</b>	2	2	2	2	3	0
<b>Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito</b>	1	2	2	2	2	-1
<b>Instituições de Moeda Electrónica</b>	3	3	3	2	2	0
<b>Sociedades de Capital de Risco</b>	1	1	1	1	2	0
<b>Sociedades Administradoras de Compras em Grupo</b>	1	1	1	1	1	0
<b>Casas de Câmbio</b>	12	14	14	14	18	-2
<b>Organizações de Poupança e Empréstimo</b>	12	12	12	12	12	0
<b>Operadores de Microcrédito</b>	790	608	466	351	285	182

Fonte: BM (2019).

Consoante a Tabela 1, embora os operadores de Microcrédito sejam em maior número não são estruturantes na sua incidência financeira. Os bancos comerciais encontram-se a seguir e são os de incidência financeira estruturante na economia. Para Banco de Moçambique (BM)<sup>7</sup> (2019) afirma que os 5 maiores bancos de Moçambique concentram 79,16% dos Activos Totais, 78,39% do Crédito e 83,72% do depósito do sistema bancário e tem demonstrado estabilidade ao longo dos anos e são basilares para o financiamento.

Nitsch e Santos (2001) afirmam de forma geral que em todos locais há tentativas visíveis do regulador resolver estes problemas criando mecanismos para captar credores específicos que estejam fora do sistema, respondendo a necessidade de flexibilidade, proximidade social e adaptação aos clientes, reduzindo os custos e os problemas causados pela assimetria de informação e risco moral. O mesmo autor reconhece que tal acção irá levar longo tempo para a satisfação, compreensão e eliminação de ajustes compensatórios tomados pelos bancos como reacção. O autor continua ainda afirmando que

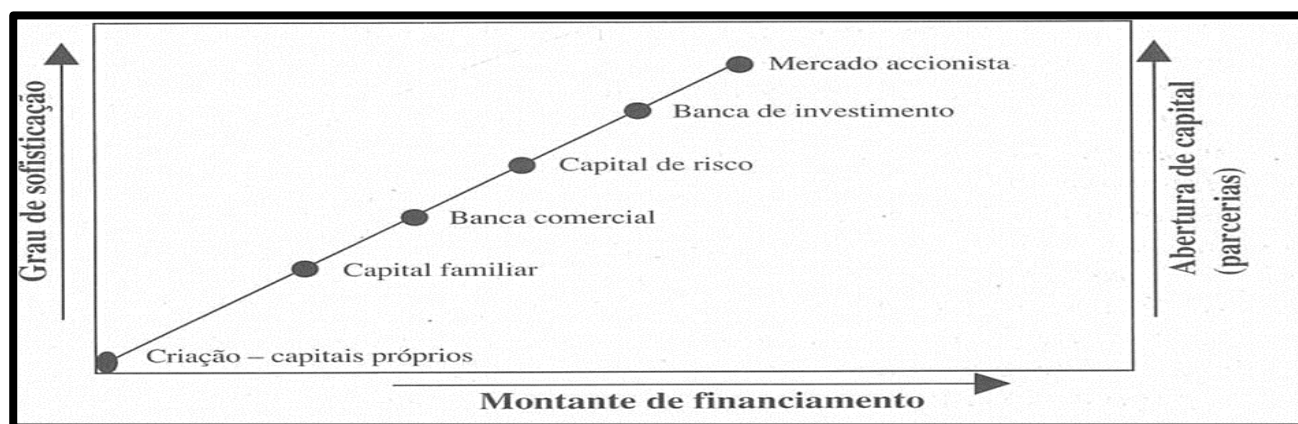
<sup>7</sup> O BM (2019) afirma que o decréscimo do número de bancos derivou da transformação da Socremo em Microbanco e o número de instituições cresceu de 9 para 11.

em termos legais pode-se imputar as culpas ao incipiente sistema legal dos mercados financeiros como forma de a banca evitar riscos desconhecidos, exigindo para tal taxas de juros mais elevadas para mitigar os custos e riscos acrescidos aos créditos.

Para USAID (2007) um dos factores que a banca reclama é ausência de colaterais como garantia, justificando que a terra<sup>8</sup> não pode ser dado como colateral, é pertença do Estado, sendo permitido a transacção de benfeitorias. Ademais, para o autor outras formas de propriedade não tem um registo eficaz, como é o caso de equipamento industrial em que a sua informatização é defeituosa. A corrupção é outro factor de ameaça pública.

Moçambique está a tentar a massificação da banca comercial pelo papel estruturante que exerce na economia. Esta lógica conjuga-se com a Figura 1 de De Carvalho (2010) que implicitamente reconhece que Moçambique tem um sistema financeiro pouco desenvolvido e consequentemente um mecanismo de financiamento fraco e não efectivo, tendo um grau de sofisticação e abertura de capital ainda baixo (leitura vertical da Figura 1) e o montante de financiamento também baixo (leitura horizontal da Figura 1), o que torna o sistema incipiente.

Figura 1-Estágios de Mobilização de Capital



Fonte: de Carvalho (2010:119).

Conforme demonstrado na figura, nota-se que quanto mais se estiver no sentido vertical e mais a direita, há um mecanismo financeiro sofisticado, flexível e aberto, rápido para financiar a economia dum país e caso contrário é mais fraco. Em termos horizontais demonstra-se o montante de financiamento. Portanto, as características do sistema financeiro moçambicano não vão de encontro a figura de De Carvalho (2010; 118) em que quanto mais desenvolvidos forem os instrumentos financeiros maior é a possibilidade de desenvolvimento da economia e trazem junto melhor gestão

<sup>8</sup> A questão dos DUAT também pode ser factor a considerar na obtenção de créditos, porque, a própria actividade não fornece garantias. Os DUATs também são fontes de conflitos entre ocupantes que na sua maioria são de boa-fé, os recentes já munidos de DUAT têm tido ajuda da pressão da sociedade civil.

de risco.

De Carvalho (2010; 117) faz notar que a relação entre a procura e oferta de créditos cria um equilíbrio para as taxas de juros. Para este a situação torna-se difícil de equacionar quando nas zonas rurais há inexistência de bancos que possam receber depósitos das pessoas e conceder empréstimos “*a posteriori*”. Nestas circunstâncias torna-se-lhe conclusivo que o financiamento que é canalizado na zona rural provém dum circuito exógeno, factor que cria dependência e insustentabilidade do circuito.

### **2.1.2 O Circuito Financeiro da Banca Comercial**

O contexto moçambicano apresenta uma situação “*sui generis*” em termos de mobilização de recursos pelo facto de apresentar um sistema que não só se restringe ao monetário, o baixo número da banca comercial faz com que haja exígua poupança monetária que é fracamente recolhida e mobilizada como crédito (De Carvalho, 2010: 116). De Carvalho (2010: 117) faz notar ainda que com os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) houve uma política monetária restritiva que teve como consequência o aumento das taxas de juro. Este factor teve como consequência o encarecimento dos créditos, o que conduziu à uma difícil orientação dos agricultores de pequena escala aos créditos comerciais. Entretanto, a concessão de crédito bancário de forma convencional<sup>9</sup> depende da capacidade e disposição de pagamento futuro do cliente, sendo garantias reais e pessoais devidamente avaliados e documentados.

O crédito do sector bancário é quase inexistente pelo facto do acesso à este instrumento ser fraco e as taxas de juros serem elevadas e intempestivas. Assim, os créditos bancários não constituem uma medida de investimento na agricultura e mesmo para empresas formalmente registadas (USAID, 2008:12). Para a agricultura de pequena escala ainda há falta de instalações bancárias, uma vez que os pequenos camponeses estão situados nas zonas rurais (vide a Tabela 8) e se os bancos lá<sup>10</sup> existirem há falta de produtos financeiros adaptados aos riscos e padrões de fluxos de caixa para agricultura, combinados com fraca competência de gestão de negócios no sector. Para USAID (2007:25) têm-se ainda uma fraca competência na gestão de negócios (com excepção das grandes empresas agrícolas), existem também elevados custos operacionais inerentes a prestação de serviços financeiros

---

<sup>9</sup> Não obstante o seu número e relativa efectividade no país, a banca comercial tem sido uma das mais difundidas. Após a independência, o país tinha 9 bancos comerciais que são; Banco Comercial de Angola, Banco Espírito Santo, Banco Standard Totta, Banco Pinto e Sottomayor, Banco de Crédito Comercial e Industrial, Banco de Fomento, Instituto de Crédito de Moçambique, Casa Bancária de Moçambique, Caixa Económica de Montepio Geral (Maleiane, 2016).

<sup>10</sup> Em Moamba existiam até ao período duas agências bancárias.

tradicionais para áreas com baixa densidade de agricultores de pequena escala combinados com fraca infra-estruturas de transportes e comunicações e tem-se ainda problemas subjacentes ao ambiente empresarial que encarece os riscos dos créditos limitando a sua viabilidade.

Considera-se ainda que a falta de crédito resulta de padrões excessivamente conservadores na sua concessão e os colaterais impedem a obtenção dos mesmos. Por outro lado, os bancos justificam a situação como tentativa de evitar riscos desnecessários, optando-se pela procura de provas concludentes da capacidade e da experiência de gestão, da viabilidade do negócio, de colateral como garantia e salvaguarda dos problemas de reembolso da dívida (USAID, 2007).

Para De Carvalho (2010: 118) a recompensa pelos juros em caso de poupança joga um papel fulcral em termos de mobilização de créditos e fixação das taxas de juros, e num contexto de fracos depósitos bancários estes serão altos. Assim, o sistema bancário na fixação do preço da moeda depende de outros factores exógenos ao sistema bancário e todos em conjunto ditam o valor do reembolso. Desta forma o autor conclui que é difícil discutir a mobilização dos recursos monetários em termos técnicos. Neste circuito nota-se que vários factores de forma implícita ou explicitamente não são evidenciados.

O problema incide também nos locais para os depósitos monetários, dos bens, das transações e de seguros fiáveis de baixo custo. As intervenções directas nos créditos muitas vezes são ineficazes e injustas por serem capturados por beneficiários influentes. Entretanto, outra forma de financiamento vem pelas culturas de rendimentos em regimes contratuais (“*contract farming*”). Estas disponibilizam insumos a crédito e garantem a comercialização dos produtos (World Bank, 2006 e Cunguara, 2011: 46) mas, são selectivas.

Por outro lado, tem-se a questão da distribuição e concentração bancária. Na Tabela 2 nota-se uma concentração de agências bancárias na Cidade de Maputo, seguido de Província de Maputo, sendo Nampula e Sofala a seguir. Niassa e Manica são as que têm poucas agências bancárias. O aumento anual de agências verifica-se com maior incidência e regularidade na Cidade de Maputo. O mesmo verifica-se com Província de Maputo, Nampula e Sofala, mas, sem a mesma regularidade e proporções que os da Cidade de Maputo. O BM (2021) faz notar que houve encerramento de algumas agências de bancos sem, no entanto, influenciar a oferta de serviços as populações. No entanto há que realçar que a Cidade de Maputo é a que demonstra a taxa mais baixa da população no sector agrícola, o que corrobora com a deficiência na massificação da banca comercial para a agricultura e maior incidência onde a prática da agricultura é menor.

Tabela 2-Evolução de Agências de Bancos em Funcionamento por Província

Província	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 2017/18
Cidade de Maputo	224	221	218	212	210	3
Província de Maputo	80	79	79	72	68	1
Gaza	34	34	33	33	36	0
Inhambane	38	38	36	34	32	0
Manica	32	32	32	28	30	0
Sofala	57	55	55	54	49	2
Tete	41	41	41	40	43	0
Zambézia	34	31	30	28	29	3
Nampula	77	74	72	67	71	3
Cabo Delgado	35	34	31	30	28	1
Niassa	22	20	19	18	16	2
<b>Total</b>	<b>674</b>	<b>659</b>	<b>646</b>	<b>616</b>	<b>612</b>	<b>14</b>

Fonte: BM (2021).

O BM (2019:106) afirma que há dominação do capital estrangeiro na estrutura bancária, principalmente nos grandes bancos correspondendo 83,21% no geral. Consoante a Tabela 3 abaixo nota-se maior concentração de instituições financeiras com quotas entre 0% e menos de 2% nos Activos, Passivos e Créditos. Entre 2% e 5% são poucos. Os que estão na fasquia de mais de 5% não passam de 5 em todos itens e são, BIM, BCI, MZB, STB como permanentes, entrando BBM nos Activos e Passivos e Banco Único nos Activos.

Tabela 3-Quotas de Mercado dos Bancos Comerciais

Indicador	0% < 2%	≥ 2% a ≤ 5%	> 5%
<b>Activos</b>	BIG,BNI, Letshego, SGM, BTM, Bayport,VMP, GAPI, Capital Bank, BMais,Socrema,UBA, BOM,Carteira Movel,BPI,ACM,CFCaia, Mapiko, Fides, MMola,MBDM,CPPM, Yingwe.	FNB, ABC	BCI, BIM, STB, BBM, MZB, BUnico
<b>Passivos</b>	BIG,BNI, Letshego, SGM, CPC, BTM, Bayport,VMP, Capital Bank, BMais,Socrema,UBA, BOM, Mapiko, MMola,MBDM,CPPM.	FNB, ABC, BUnico	BCI, BIM, BBM, STB, MZB.
<b>Créditos</b>	Bmais,BNI,BOM,BTM,Capital Bank,EcoBank, Socremo,ACMicrobanco,UBA, CFCaia, MBDM,CPC, GAPI,Mapiko, Yingwe.	ABC, BBM, Letshego, Bunico,FNB, SGM, Bayport.	BCI, BIM, STB e MZB.

Fonte: BM (2021).

Com oligopólio no sector financeiro vários são os condicionalismos criados. Castel-Branco (2002) coloca de forma sumária três factores para esta orientação que são; (i) estratégia bancária; (ii) liberalização e, (iii) falha de informação. E estendendo as possibilidades e alternativas, nota-se o papel importante do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) onde o autor vê IDE como não ideal por organizar o capital fora do país e ainda ancora algumas empresas com Investimento Directo Nacional (IDN) na parceria estrangeira-moçambicana.

No geral há que evidenciar o risco da actividade, todavia, os problemas não se esgotam somente na

componente financeira que é o mitigador do risco por excelência, há outros factores que levam a percepção de baixa produtividade no sector. Cunguara (2011:1) e Cunguara e Mulder (2011) vê como razão da baixa produtividade agrícola os seguintes factores; distribuição irregular das chuvas, baixo uso das tecnologias melhoradas, precário estado das infra-estruturas rodoviárias e fraca ligação e poucos investimentos.

USAID (2008) toma os factores tradicionais como o uso de sementes melhoradas, fertilizantes inorgânicos, pesticidas, herbicidas, tracção animal ou mecânica, irrigação, fraco acesso aos insumos e de produção, pobres infra-estruturas e fraco acesso ao financiamento como mais importantes. Estes factores combinados complicam a situação do sector agrícola e em maior incidência na agricultura de pequena escala.

Cunguara (2011: 4) afirma que na maior parte das vezes o resultado agrícola positivo tem sido pela expansão da área de cultivo e não pela produtividade. A agricultura tem recebido baixa percentagem do Orçamento do Estado, factor que eleva ainda mais as despesas do camponês, criando-lhe mais ónus. A partir 2020 procura-se alocar 10% do Orçamento do Estado para o sector agrícola como regra, mas, as condições para esta acção ainda não são satisfatórias e concretas.

Existe no sector agrícola uma necessidade de fazer uma separação minuciosa das actividades para alocação monetária, sabendo-se em que fase ou actividade é feita ou utilizado o valor monetário, notando-se que, estes muitas vezes são alocados com denominação de agricultura para eximir-se de algumas taxas ou imposto (isenções fiscais). Entretanto, em investimentos em produtos agrícolas poucas vezes têm sido colocados as hortofrutícolas, amendoins entre outros.

### **2.1.3 Desempenho da Banca Comercial no Financiamento Agrícola.**

O país tem assistido expansão da banca comercial, reflectindo-se na maior cobertura dos diversos distritos. Amarcy e Massingue (2011) afirmam que a expansão dos serviços financeiros significa bancarização e meticalização da economia e que mesmo assim estes instrumentos são insuficientes para perceber a dinâmica do sector financeiro.

De Carvalho (2010) afirma que a forma frequente de financiamento num país depende do desenvolvimento do sector e os melhores mecanismos reflectem-se em melhores crescimentos económicos. Das Neves (2003; 15) nota que em Moçambique o sistema financeiro acarreta elevados custos, há dificuldade de acesso ao crédito, há elevada carga fiscal e pauta-se pela má prestação dos

serviços públicos, podendo-se afirmar categoricamente que o sistema financeiro moçambicano é fraco e o seu robustecimento levará ainda muito tempo.

Em outra perspectiva Castel-Branco (2002:199)<sup>11</sup> afirma que a incapacidade do sistema financeiro formal e informal em prover o financiamento para desenvolvimento é causado por assimetria de informação e para tal são usados taxas de juros elevados, preferências em empréstimos de curto prazo e requisitos colaterais são usados para mitigar o risco e informação imperfeita.

USAID (2007) afirma que a inovação beneficia o desenvolvimento económico e esta depende da interacção entre o governo e a comunidade e os mecanismos de pressão dos actores sociais. As intervenções de diversos actores sociais podem pressionar as instituições bancárias a testar e inovar certos mercados novos ou serviços que possam ajudar as empresas locais a tornarem-se “bancáveis” através de uma melhor gestão e controlo financeiro.

Por outro lado, reconhece-se que a maior parte das instituições bancárias não está ajustada tecnicamente e nem em termos da autoridade para captar as informações dispostas e servirem-se da mesma de forma eficaz, por isso, é necessário uma engenharia financeira para colmatar essa lacuna.

Com este panorama toma-se uma teoria que procura viabilizar o sector em causa, embora as difíceis condições descritas para o financiamento.

## **2.2 Teoria de Repressão Financeira<sup>12</sup>.**

Os tópicos orientadores para a explicação da teoria foram retirados de Lundin (2016) e são; (i) contexto e surgimento da teoria, (ii) precursores da teoria e o seu posicionamento, (iii) pressupostos da teoria, (iv) como será lido a teoria no trabalho, e, (v) pontos importantes.

---

<sup>11</sup> Tomando abordagem ortodoxa de Biggs et al. (1999).

<sup>12</sup> Hanohan e Beck (2007) afirmam que para os especialistas de sistema financeiro estar-se-ia próximo duma Abordagem Activista embora esta não esgote a Teoria de Repressão Financeira e para se atingir está teoria em alguns momentos há que ter combinação com Abordagem Modernista. Na Abordagem Activista nota-se que enquanto não se alcança o ideal de modernização e formalização efectiva do financiamento, há que criar um compasso de espera, mas neste tempo cria-se um mecanismo de financiamento flexível e inclusivo a determinados sectores estratégicos como o agrícola. A constante aposta na Abordagem Modernista sem olhar à outras alternativas têm criado vários constrangimentos aos beneficiários e até na economia, embora crie um enriquecimento rápido aos provedores dos serviços.

### **2.2.1 Contexto e Surgimento da Teoria: o desenquadramento da Liberalização Financeira.**

A Teoria de Repressão Financeira é usada em vários sentidos e a muitos séculos (Jafarov et al., 2020 e Yulek:2019). Esta teoria é usada sistematicamente como resposta da marginalização de sectores económicos nos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD)<sup>13</sup> ou em situações delicadas quando olhados à luz da Teoria de Liberalização Financeira (Jafarov et al., 2020). A marginalização resulta do desvio à concorrência perfeita, não criando-se pleno funcionamento no mecanismo do mercado. Factor que foi confirmado em Moçambique pelo Francisco (1987) na sua tese de licenciatura com exemplo da liberalização de preços, afirmando que não beneficiava aos produtores, mas ao comerciante que era intermediário “parasita”, nas forças produtivas os resultados estavam inalterados.

Para Nitsch e Santos (2001:174) estes factores levam ao comportamento oportunista que cria risco moral, selecção adversa e aversão ao risco. Como grande obstáculo os mesmos autores constataram que a concorrência perfeita não era suficiente para pleno funcionamento do mecanismo de mercado financeiro, notando assimetria de informações entre os contratantes que ocasionava custos acrescidos na implementação. Como resposta dos problemas acima, houve necessidade de evitar os problemas emergentes com a liberalização financeira<sup>14</sup> e criar mecanismos para financiar a economia.

Portanto, estes factores levaram com que nos últimos 50 anos se buscassem e se massificassem alternativas de abordagem, tomando-se na Repressão Financeira uma via, dado que esta sempre existiu em simultâneo com as actividades económicas do Estado e é sistematicamente solicitada. Nitsch e Santos (2001:176) afirmam que a flexibilidade, proximidade social e a adaptação na procura de clientela permite reduzir os custos e problemas causados pela assimetria de informações e risco moral. Studart (2003:12) resumiu o problema de financiamento para o desenvolvimento em dois, nomeadamente; o subdesenvolvimento institucional e assimetria de informação.

### **2.2.2 Precusores da Teoria e seu Posicionamento**

A Teoria de Repressão Financeira têm sido usada sistematicamente a muitos anos atrás (Jafarov et al., 2020). Entretanto, começou a ser esboçada logo após a II Guerra Mundial como resposta a marginalização que alguns agentes e sectores económicos vítimas da dinâmica da liberalização dos mercados financeiros em PVD e outras economias em situações delicadas (Yulek, 2017). A situação

---

<sup>13</sup> As políticas de Repressão Financeira foram tomadas em PVD e implementado largamente no Cone Sul.

<sup>14</sup> Torna-se importante realçar as assimetrias de informação e a necessidade de se ter uma perfeita implementação dos contratos sem que se crie custos adicionais.

dos PVD demonstrou que a Liberalização Financeira era ineficaz em relação aos países recém-independentes por ter acção marginalizadora em sectores produtivos e com riscos elevados, o que condú-los a ineficiência. Para Studart (1993;114) a Liberalização Financeira dá certo em economias com mercados de capitais e instituições desenvolvidas.

A teoria teve seu desenvolvimento com John Gurley e Edward Shaw<sup>15</sup> nos meados da década 1950 e em 1960, mas foi com Ronald Mckinnon<sup>16</sup>, Edward Shaw<sup>17</sup> em 1973 e Maxwell Fry<sup>18</sup> nos anos 1980 em que esta se popularizou e evoluiu até ao estágio actual (Jafarov et al., 2020 e Yulek, 2017).

Gurley e Shaw nos anos 50 diziam que a repressão financeira é associada ao subdesenvolvimento, por isso, tinham os mercados financeiros incompletos (Studart, 1993)<sup>19</sup>, sendo que o sistema financeiro não conseguia financiar as actividades para o seu desenvolvimento em especial os sectores produtivos. Studart (2003:6) afirma que para Mckinnon<sup>20</sup> e Shaw<sup>21</sup> o facto de os mercados financeiros serem incompletos é a razão para a intervenção do Estado no mercado de capitais, sendo o Estado o mitigador dos efeitos negativos, podendo ser por repressão de taxas de juros e políticas de créditos selectivos. Stiglitz (1994) nota que a presença do Estado é necessária para mitigar os seguintes problemas ligados à liberalização financeira como; (i) monitoria como um bem público; (ii) externalidade da monitoria do sistema, selecção e empréstimos; (iii) externalidade da distorção financeira; (iv) falta e mercados incompletos; (v) competição imperfeita; (vi) ineficiência à Pareto dos mercados competitivos e, (vii) desinformação dos investidores.

### 2.2.3 Pressupostos da Teoria

Com a visão da Liberalização Financeira notava-se um crescente dualismo financeiro<sup>22</sup> nos PVD. O dualismo financeiro é visto como característica dos PVD, conduzindo à uma necessidade de interacção activa entre o governo (se necessário interventiva) e a banca. Esta interacção procura

---

<sup>15</sup> Gurley, J. & E. Shaw (1955) *Financial aspects of Economic Development*. The American Economic Review, 45 (4). Pp 515-538 e Gurley, J., E. Shaw, A. Enthoven & Brooking Institute (1960) *Money in a Theory of Finance*. Brooking Institute, Washington D.C.

<sup>16</sup> Mckinnon, R. I. (1973) *Money and Capital in Economic Development*. Brooking Institute, Washington D.C.

<sup>17</sup> Shaw, E. S. (1973) *Financial Deepening in Economic Development*. Oxford University Press, New York.

<sup>18</sup> Fry, M. J. (September 1981) *Government Revenue from Monopoly Supply of Currency and Deposits*. Journal of Monetary Economics 8, USA. Pp 261-270.

<sup>19</sup> Gurley, J. & E. Shaw (1955) *Financial aspects of Economic Development*. The American Economic Review, 45 (4). Pp 515-538 e Gurley, J. et al. (1960) *Money in a Theory of Finance*. Brooking Institute, Washington D.C. op. cit.

<sup>20</sup> Mckinnon, Ronald I. (1973) *Money and Capital in Economic Development*. Brooking Institute, Washington D.C.

<sup>21</sup> Shaw, Edward S. (1973) *Financial Deepening in Economic Development*. Oxford University Press, New York.

<sup>22</sup> Dualismo Financeiro assume a divisão entre o sector formal no qual as instituições financeiras são supervisionadas pelo banco central e superintendência bancária e um sector informal desregulado formado por agiotas, casa de penhores, clientes, grupos informais de crédito, amigos, parentes etc. A procura do crédito não suprida pelo sector formal é suprida pelo sector informal, os juros são mais altos ou ainda pode ficar não atendida.

resolver o carácter livre e desviante das componentes do mercado financeiro e assegurar as actividades produtivas e prioritárias ao Estado para que sejam financiadas.

Nitsch e Santos (2001:174) reconhecem que na tese de Repressão Financeira há um hiato de poupança a ser compensado pela poupança externa. Studart (1993: 105) baseado na perspectiva de Shaw<sup>23</sup> e Mckinnon<sup>24</sup> afirma que devido as taxas de juros subsidiadas (abaixo da taxa natural- $r_n$ ) os países em desenvolvimento sofrem de défice de poupança interna, este é suprido pela poupança externa, factor que conduz desequilíbrios nas contas criando crises de dívidas.

Entretanto, há que reter que as taxas de juros subsidiadas visam alavancar o desempenho económico e social e criar melhores condições para poupança interna, sendo que a selecção é uma forma de potenciar os sectores marginalizados, produtivos e estratégicos. Nota-se que o cerne da Repressão Financeira é por constatar-se que as taxas de juros altas e políticas liberalizantes provocam escassez da poupança e há menos investimento, em que sem estas componentes há entraves na economia.

Studart (2003:114) afirma que o risco de Liberalização Financeira em PVD é o rompimento de arranjos institucionais existentes sem a criação de outras que as substituam para dinamizar as forças de mercado financeiro. Com políticas liberais as forças do mercado por si sós tornaram-se incapazes de estabilizar o sistema financeiro, tornando necessária a criação de um ambiente institucional favorável e crescimento financeiro estável a longo prazo. Studart (1993) reconhece que cada tipo de arranjo institucional possui suas condições de estabilidade no sistema financeiro que lhes são características, tais arranjos institucionais são funcionais em relação ao desenvolvimento na medida em que fazem face a incerteza relativa ao financiamento de longo prazo e evitam surtos de instabilidade financeira que possam estancar o processo de crescimento.

Studart (1993:102) afirma ainda que as taxas de juros altas e políticas liberalizantes não criaram uma oportunidade adequada para o sector agrícola, criaram altas taxas de juros<sup>25</sup> inviabilizando projectos de investimentos, gerando incapacidade de retorno as unidades endividadas e provocando uma instabilidade financeira. O autor continua nesta lógica afirmando que a repressão financeira se comporta pela manutenção das taxas de juros abaixo da taxa de equilíbrio e cria políticas de crédito selectivo fornecendo condições necessárias para o sucesso dos investimentos.

---

<sup>23</sup>Shaw, E. (1973) *Financial Deepening in Economic Development*. Oxford University Press, New York.

<sup>24</sup> McKinnon, R. (1973). *Money and Capital in Economic Development*. Brooking Institution, Washington D.C.

<sup>25</sup> Na visão sobre as taxas de juros é importante referir que as taxas de juros “ $r$ ” deve ser igual a taxa de juro natural para o negócio ( $r_n$ ) e retorno de capital ( $r_k$ ), sendo que a tecnologia e preferência dos consumidores é que fazem diferença na lucratividade.

Portanto, nesta perspectiva Stiglitz e Weiss (1981) já haviam também afirmado que como forma de contornar a redução da qualidade da carteira de créditos, a banca estabelece voluntariamente os limites para as taxas de juros, e com isso pode-se racionalizar a oferta de crédito. O que não tem se notado com a banca comercial em Moçambique.

Reforçando as posições supracitadas, Nitsch e Santos (2001; 173) afirmam que repressão financeira caracteriza-se pela intervenção do Estado sobre o nível, a estrutura dos juros e por políticas de créditos selectivos e dirigidos, com objectivo de canalizar recursos financeiros à baixo custo para os sectores considerados estratégicos para o desenvolvimento. Nesta assumpção as taxas de juros são vistas como fulcrais na actividade e é a partir deste ponto que são manipulados os diversos aspectos do sistema financeiro para o crescimento económico e “*a posterior*” o desenvolvimento.

Seguindo abordagem supracitada de Nitsch e Santos, Studart (2003: 7) questiona, se no racionamento de crédito, as falhas do governo não serão pior que as falhas do mercado? Neste aspecto vários autores (Studart, 2003; Stiglitz, 1994 e Yulek, 2017) reiteraram que o desenvolvimento institucional tem muito pouco a ver com o desenvolvimento do mercado.

Portanto, na perspectiva teórica o crédito passa a ser racionalizado, a sua alocação reflecte à vários critérios, outros podem não corresponder a racionalidade económica. Entretanto, a repressão financeira somente responde o problema de liberalização do mercado financeiro e a discriminação criada. O abaixamento das taxas de juros e as políticas selectivas não significa que não haja competitividade, mas tem nestes, forma de melhor incentivo para financiar os sectores produtivos e fundamentais ao país. Assim, recorre-se na segmentação estratégica dos mercados de capitais e políticas de créditos selectivos com arranjos institucionais criados para responder a inexistência ou incipiência de fontes privadas de financiamento de longo prazo que são de elevada importância para o desenvolvimento sustentável (Studart, 2003: 114 e Studart, 1993) e o Studart (2003) ressalva que os investimentos produtivos são em geral aplicações em activos fixos com longa maturação ou com maior risco.

#### **2.2.4 Como o Tema Será Lido a Luz da Teoria?**

Devido a políticas de taxas de juros liberalizadas, os PVD sofrem de carência crónica de poupança interna, o que cria necessidade “artificial” de políticas de crédito selectivos para alocação de escassos recursos poupados (Studart; 1993: 105). A perspectiva procura mecanismos de financiamento que viabilizem sectores importantes marginalizados como o da agricultura de pequena exploração. A

criação de fundos geridos pelos governos ou bancos especializados sob influência do governo favorece selectivamente empréstimos de baixo custo para sectores fundamentais e produtivos.

Neste caso, a Repressão Financeira através das taxas de juros baixas é o mecanismo usado como forma de alavancar sectores de grande risco financeiro, mas sendo importantes ao desenvolvimento e estabilidade social que a banca comercial é relutante em financiar. Para Studart (1993:115) as políticas financeiras funcionais podem partir de aumento de fomento ao desenvolvimento do mercado de capitais e intervenção directa ao financiamento para crescimento económico através de agências públicas e bancos de desenvolvimento, no caso do mercado de capitais insuficientemente desenvolvidos e com concentrações de operações financeiras no curto prazo.

USAID (2007:26) afirma que se o apoio financeiro directo a partir do governo tenha de constar da agenda, é melhor disponibilizar o financiamento em forma de subvenção para o arranque de investimentos inovadores ou garantia de empréstimos estruturados para actuar como catalisador para estimular novas formas de financiamentos à clientes tradicionais ao invés de usar subsídios ou controlos que prejudicam um sistema financeiro sólido e eficiente. Este ponto da USAID vai de acordo com o financiamento agrícola como actividade fundamental à economia, mas, demonstra a necessidade do governo para direccionar o investimento.

### **2.2.5 Pontos importantes da Teoria revista**

Não existem soluções simples para problemas e entraves financeiros ao crescimento, sendo preciso analisar a estrutura financeira de cada país e as condições que moldam o desenvolvimento, para então, partir para políticas financeiras contextualizadas.

Por outro lado, há necessidade de financiar sectores que tenham-se como marginalizados e fundamentais. O mecanismo de financiamento deve ser flexível e ajustado as condições estruturais financeiras da economia. Como exemplo são relevados os casos de Banco Grameen em Bangladesh quanto aos créditos e o papel jogado pelo Estado no Sudeste Asiático para o desenvolvimento.

Mackinnon (1993:23) olha para a experiência do Sudeste Asiático (Japão, Hong Kong e Coreia do Sul) em que afirma que houve forte monitoramento estatal sobre sistema financeiro, com limites sobre juros activos e passivos, subsídios, direccionamento de crédito e instituições especiais. Por isso, USAID (2007:26) repisa que a fraqueza das instituições financeiras é problemática, pois, enfraquecem as intervenções directas e são muitas vezes capturadas pelos influentes.

### **2.3 Mecanismo de Repressão Financeira através do FDA e a Relação com outras Instituições.**

O crescimento económico é importante para o desenvolvimento. A banca comercial tem um papel estruturante neste processo. Com o fraco desempenho da banca comercial no financiamento das pequenas explorações agrícolas, o Estado procurou mecanismos de colmatar essa lacuna através da criação de instituições como FDA e BNI (Banco Nacional de Investimento) como exemplos. Estas instituições dão outra dinâmica à determinadas actividades prioritárias.

Olhando para FDA como mecanismo para repressão financeira no sector agrícola torna-se importante o seu enquadramento, caracterização e sua interacção com outros sectores. Este objectivo irá dar maior compreensão ao mecanismo de funcionamento de repressão financeira e suas fraquezas.

#### **2.3.1 Enquadramento do FDA<sup>26</sup> no Financiamento das Associações Agrícolas.**

Para melhor entender enquadramento do FDA, parte-se pela compreensão da sua génese e objectivo. O Decreto nº 21/2006 do Boletim da República (BR) do Conselho de Ministros cria o FDA e o Estatuto Orgânico afirma que o FDA é resultado da fusão dos fundos para o desenvolvimento da hidráulica e de fomento agrário. Esta instituição tem personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, estando sob tutela do Ministério da Agricultura. O FDA tem competências de garantir a afectação dos recursos financeiros e outros em programas relacionados com agricultura e promover parcerias entre instituições governamentais no sector agrário.

O Diploma Ministerial nº80/2009 do BR afirma que a instituição de forma geral pretende fortalecer o mercado de insumos e produtos, promovendo, garantindo e apoiando o acesso aos serviços providos por instituições financeiras. Para concretizar este desiderato, o mesmo Diploma aprova o Regulamento Interno do FDA e enquadra o mecanismo de obtenção do crédito através do Sector do Crédito do Departamento de Planificação e Finanças que orienta a afectação de recursos aos projectos agrícolas, elaborando as condições para a sua elegibilidade e beneficiários, propõe e avaliza as taxas de juros de reembolso, fazendo acompanhamento e cobrança dos mesmos. Yunus (2002: 186) reitera que o acto de conceder crédito ao camponês é importante e de certo modo ele irá pagar com juros, caso não tenha essa oportunidade de crédito, fá-lo-á com um prestamista e assim a sua condição piora.

Um dos requisitos fundamentais da eficácia dos financiamentos é que estes sejam criados na própria

---

<sup>26</sup> O FDA mudou de denominação para Fundo de Fomento Agrícola e Extensão Rural (FFAER). Para alguns entrevistados as suas atribuições continuam quase as mesmas, exceptuando a presença actual da extensão rural levando a algumas adaptações pontuais.

economia, como resultado de mecanismos formais existentes para aproximação entre agentes, i.é, poupadores e empresários, em que a relação entre estes cria oportunidades para ambos (Stiglitz, 1981; Das Neves, 2001 e De Carvalho, 2010).

### **2.3.2 Questão Financeira do FDA e Percepção Camponesa**

Em termos contratuais o FDA deve; fornecer ajuda em espécie, assistência em diversas actividades, provimento de sementes, estudos e análise da composição dos solos, fornecimento de equipamento, ajuda financeira entre outros.

Segundo os camponeses o grande problema que existe na agricultura é a rigidez do financiamento.<sup>27</sup> O financiamento agrário tem uma taxa de juros ao máximo de 6% concedidos pelo FDA.<sup>28</sup> Na maior parte das vezes estas são feitas em espécie embora, contabilizadas financeiramente. As taxas de juros não são estáticas reflectem as diversas previsões feitas, mas, as mesmas têm um limite superior.

Tem sido aflorado que a não endogeneização do desenvolvimento ou financiamento pode ser um dos factores de fraco desempenho das associações agrícolas. Neste aspecto recorre-se ao FDA como resposta pontual para contornar este problema. A agricultura em termos formais acaba tendo impostos benéficos, sendo 10% ou isentos de impostos conforme o caso vertente ou pagamento de 5% no imposto simplificado que incide sobre o volume de negócios, diferentemente dos 32% das empresas. Entretanto, todos estes factores não escondem o problema de financiamento do sector.

O FDA disponibiliza também equipamentos através dos Parques de Equipamentos em que há possibilidade de aquisição ou de aluguer dos mesmos. A aquisição de equipamentos pode ser feita via “*leasing*” que pode ser de 10% para uso e 50% como sinal de entrada quando se pretende comprar no final. Os parques de aluguer de equipamentos são operacionalizados por camponeses desligados da produção e especializados para este fim. Estes pagam alguma contrapartida monetária regular ao FDA e quiçá, se puder compram. O FDA acautela e facilita a compra de acessórios para a substituição. Embora, existissem vários mecanismos para acautelar os problemas do parque de equipamentos, constatou-se um deficiente financiamento, sem conseguir fazer face as necessidades técnicas, parecendo mais falida a ajuizar pelo nível de reclamações e muitos camponeses não recorrem aos seus préstimos. Pelo nível de reclamações, constata-se a necessidade de potenciar a questão de

---

<sup>27</sup> Não há partilha de riscos em caso de calamidades naturais (exemplo das cheias de 2000), em que houve perda de equipamento e culturas. Mesmo sabendo que os agricultores perdem capital de trabalho e os investimentos fornecidos.

<sup>28</sup> Quanto a este aspecto, os camponeses gentilmente forneceram alguns panfletos e documentos fornecidos pelo FDA. Estes panfletos atestam sobre as taxas de juros, questão de obtenção de equipamentos e outros.

especialização de alguns agricultores no provimento de diversos tipos de insumos e equipamentos. Este método pode reforçar a tendência de equipa e solidariedade na acção existente entre os camponeses.

### **2.3.3 A Planificação Agrícola para as Associações Agrícolas**

As Pequenas Explorações Agrícolas precisam de acompanhamento directo e sistemático de modo a aferir os seus constrangimentos e contorná-los tempestivamente. Neste processo interactivo, os diferentes técnicos agrícolas podem aferir nas suas atribuições as necessidades dos camponeses e criar mecanismos flexíveis de resposta. Os camponeses afirmam que este processo é feito de forma irregular e somente quando pretende-se afectar os recursos ou haja uma visita, notando nestes casos o aumento da intensidade, mas mesmo assim as necessidades aferidas nem todas são cobertas, relegando-as para fases "*a posterior*" que nunca realizam-se.

Nesta lógica, os camponeses queixam-se dos mecanismos orçamentais agrícolas que são "*top-down*" e centralizados, levando com que a informação não seja tratada de forma específica nos distritos e muitas vezes é baseada em projecções que não consideram certos factos inerentes aos circuitos. Ademais, há dificuldade na implementação da Declaração de Maputo.<sup>29</sup>

Neste quesito, os camponeses de Moamba são unânimes em considerar que o pelouro da agricultura tinha de ter uma abordagem "*bottom-up*" em que o trabalho devia começar no distrito, definindo quotas por distritos e divulgar as metas em consonância com o valor a alocar pelo orçamento. Este mecanismo não significa que os camponeses estejam a ser rígidos, mas, que o pelouro da agricultura a partir dos dados trazidos pode fazer diversas projecções com obtenção óptima de retorno por metical investido.

Para que haja maior eficiência pelo metical investido é necessário ter um sistema auxiliar da actividade agrária flexível, efectivo e ter presente a percepção das necessidades sociais e procurar colmatá-los. Hanohan e Beck (2007) acrescentam que mesmo que hajam bancos nas zonas rurais, os utentes precisariam ainda de muito apoio e estes seriam mesmo assim baixos. É nesta perspectiva, que torna-se necessário uma forma dinâmica, flexível que ultrapasse todos problemas constatados.

Por outro lado, para os camponeses é importante olhar a questão dos extensionistas. Para os camponeses é bom que o FDA tenha extensionistas nos distritos, embora verifique-se na maior parte

---

<sup>29</sup> Está declaração foi assinada em 2001 em Maputo pelos países africanos com intuito de canalizar 10% do PIB para a agricultura.

das vezes conflitos de interesses pelo facto dos extensionistas serem agricultores ou outro tipo de agente económico da região no mesmo sector.

Entretanto, além desta complexidade financeira e agrícola, ainda é necessário olhar ao que Cunguara (2011:3) toma como ligação entre o desempenho agrícola e os factores naturais. O autor afirma ainda que os rendimentos da agricultura dependam da gestão sustentável dos recursos naturais que está interligada a produção alimentar e que depende também das políticas agrárias. Em termos técnicos conta-se com a assistência do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Esta demonstra-se pouco flexível, os funcionários desta instituição na maior parte das vezes trazem como resposta os pacotes tecnológicos, demonstrando resultados inconsistentes sem bases reais.

Para Hanohan e Beck (2007: 17) as penalizações do custo são devido a pequena dimensão do mercado nacional e local, em que em parte deve-se a baixa densidade populacional e isolamento económico acentuado, agravado pelos fracos meios de comunicação, vias de transportes debilitados, volumes de transacções bastante baixos e ainda pela inadequação de alguns produtos padronizados à necessidade de alguns clientes, factores acrescidos pela falta de concorrência, deficientes meios jurídicos e judiciais, fraca e baixa qualidade de informação. Além destes problemas dos quais alguns são propostos na agenda para a sua resolução<sup>30</sup>, os camponeses falam da necessidade de fábricas para o processamento de modo a evitar a perda de várias toneladas e também para que o consumo seja além do período da cultura.

Outro ponto que apoqueta os camponeses é a redução da área da produção agrícola pelo crescimento populacional. Para eles o fenómeno leva com que a expansão do parque habitacional pressione a procura dos alimentos, em especial os produtos frescos, o que torna fundamental a eficiência na produção. Esta eficiência produtiva pode ser feita através de um conjunto de mecanismos de assistência, desde as financeiras até as produtivas, em que para tal há necessidade de aprimorar as instituições e torná-las parte da solução.

#### **2.3.4 A Relação Institucional e outros Suportes para o Financiamento Agrícola**

Neste quesito é de realçar a falta de interacção institucional entre os diferentes sectores estatais. Este factor é acompanhado por uma fraca fiscalização das leis agrícolas em que relevam-se somente em casos de litígios com e entre os agricultores. Os camponeses notam que o ministério que zela pela agricultura<sup>31</sup> é estático e distante. Este facto sente-se mais na necessidade de tomada de decisões

---

<sup>30</sup> Os problemas sanados tem a ver com questão de mercado nacional e local.

<sup>31</sup> Opta-se por tomar esta orientação, devido a constante mudança do ministério em cada ciclo governativo, embora, as

rápidas<sup>32</sup> e flexíveis. Os funcionários do ministério da agricultura fazem-se sentir de forma “*ad hoc*” com abordagem ortodoxa<sup>33</sup> e autoritária.

Os camponeses afirmam que sempre o FDA responde este problema nas irregulares formações que se pretendem regulares, sem preocupar-se com o acompanhamento dos mesmos. A inflexibilidade do ministério é visível até na difusão de informação e interacção, notando-se que os agricultores têm maior facilidade de interagir com ONG relativamente ao ministério e até muitas das viagens para interacção com outros agricultores tanto dentro como fora são as expensas das ONG.

Corroborando com os camponeses no argumento acima ressalta a visita da direcção da associação no Quénia as expensas duma ONG. Notou-se que Quénia tem um sistema funcional e fidelizado à agricultura. Relativamente ao ponto exposto e tomando a cultura do Tomate que até chega a exportar, os agricultores que lá foram para interacção constataram que em termos de conhecimentos em relação à eles em alguns pontos eram melhores só não tinham suporte institucional, o que lhes diferenciava. O facto foi evidente quando, os agricultores do Quénia evidenciaram problema com a praga da cultura do Tomate que não sabiam como combater. Após a explicação e dosificação dos herbicidas pelos agricultores moçambicanos eles institucionalmente mobilizaram externamente os químicos necessários e sem demoras distribuíram os produtos químicos que até estavam no mercado em menores quantidades só não sabiam operacionalizar. Semanas depois a volta da delegação da associação recebeu felicitações por ter contribuído assertivamente para a extinção da praga.

Tem-se notado ainda problemas no que tange a importação de sementes. Os camponeses afirmaram que a venda deste insumo tinha de ser feita mediante ao estudo dos solos e “*a posterior*” a dosagem dos adubos e outros produtos químicos, o que não verifica-se. As actividades acontecem com fraca obediência organizacional e de prioridades, obedecendo a flexibilidade dos pontos focais do ministério de tutela e disponibilidade financeira. Este facto acaba criando outros problemas em que o ónus da resolução recai aos camponeses. Nesta vertente, o ministério olha somente a distribuição dos produtos não olhando a ordem inerente as actividades. Este facto aliado a fraca flexibilidade esteriliza o papel do agricultor.

---

práticas se demonstrem constantes, são necessários tempo de compreensão e ajustamento do timoneiro do pelouro.

<sup>32</sup> Em junho de 2016, na sementeira das Batatas houve subsídio por uma semente que não foi benéfica pelo facto do tipo de solo não ser compatível, sendo que as sementes eram fornecidas pelo programa governamental e insistiu-se no uso do mesmo embora o alerta.

<sup>33</sup> Dado o facto de os projectos estarem sob alçada do FDA e estes estarem preocupados com a abordagem financeira dos mesmos, o foco dos funcionários não vai além deste ponto e a incidência verifica-se somente na questão de manipulação financeira, retirando a possibilidade de apreensão do problema de forma interdisciplinar. Por isso, que a maior parte das decisões que são apresentados têm quase impacto financeiro e sem componente técnica.

Os camponeses notaram num dos anos que dado o impacto negativo dum das suas culturas procurou-se ajuda no FDA, IIAM e MADER, o que foi inviável em tempo útil, acabando por recorrer-se aos sul-africanos por receio de perder-se a campanha. Entretanto, o tempo de chegada dos sul africanos foi curto, o seguimento do processo pelos sul-africanos é regular e pontual, levando a sua maior preferência. Os camponeses falam de uma maior fidelização aos técnicos sul-africanos para resposta aos seus problemas, em que na procura dum serviço, em menos de 24h os sul-africanos enviam um técnico para se inteirar (saber qual o problema e colher amostras) da situação, acto que não acontece com as instituições nacionais, exemplificando-se por uma consultoria pedida a Faculdade de Agronomia em 2014, que nunca concretizou-se por motivos burocráticos. Estes factos revelam uma situação de fraca interacção e resposta em que os produtos ou serviços quando vindos do governo é de forma “*top-down*” e muitas das vezes sem consultas prévias ou análises profundas das condições.

Para os camponeses, as Alfândegas também são obstáculo à importação de alguns insumos como sementes, adubos e outros produtos químicos do estrangeiro. Após a reclamação dos agricultores acerca da importação das sementes que foram desarmados ao nível pautal na região e obedecendo a Cláusula da Regra de Origem e Sensibilidade que beneficia aos agricultores, normalmente, só depois de chegar as instâncias superiores é que a importação de sementes é liberada pelos chefes por saber da condição que esses produtos gozam na importação. O benefício burocrático torna-se reduzido e atrasa a campanha agrícola.

Quase em todos os processos alfandegários, os camponeses avançaram que a lista de desarmamento pautal não estava em posse dos funcionários dos escalões inferiores e operacionais, e após a liberalização da informação inerente ao caso pelos funcionários superiores, a mesma directiva não é dado seguimento, demonstrando-se ainda uma indisciplina profissional. Portanto, os camponeses notam a necessidade de formar-se e especializar-se os funcionários das alfândegas em matérias agrícolas de modo a interpretar e aplicar as leis em tempo útil e que possam fiscalizar e implementar as directivas legais sem desperdício de tempo. O procedimento de sectores nevrálgicos como as alfândegas atrasa as sementeiras, cria problemas difíceis de acarretar principalmente pelo facto de as sementeiras terem uma curta duração e ter-se grande dependência das chuvas. Muitas vezes a inflexibilidade, má difusão da informação levam à oportunistos e outros factores que podem ser criados propositadamente.

### **2.3.5 Mercados dos Produtos Agrícolas da Associação Agrícola de Moamba**

Nota-se uma a fraca colaboração entre os camponeses com os diversos actores do turismo, indústria transformadora e até hospitais. Seria eficaz organizarem-se contratos de fornecimentos com estes. A distância de Moamba à Cidade de Maputo é de aproximadamente 75 km pela Estrada Nacional nº 4, sendo aproximadamente 1h de distância a velocidade de 60km/h. Para o sucesso da produção o sector comercial joga um papel fulcral, precisando ser organizado, o mecanismo de preço precisa ser justo e bem estabelecido. Neste cenário, os meios logísticos jogam um papel importante como factor de ligação entre o produtor, mercado e comerciante.

O Mercado Grossista de Zimpeto é o principal para a Associação Agropecuária de Moamba, embora seja de realçar outros mercados informais. Entretanto, não há contrato entre as partes, obedecendo-se a lógica de “salve-se quem puder” desde a colheita até a colocação da produção. A rede de estradas para o Mercado Grossista de Zimpeto é uma das melhores. Além deste mercado tem-se o Mercado de Boane entre outros de pequena dimensão.

Os camponeses entrevistados fazem notar que a produção Agrícola na RAS tem estado a declinar regularmente e outros problemas emergem.<sup>34</sup> Entretanto, as exportações para Moçambique tendem a baixar e o nosso país em vez de aproveitar a oportunidade será vítima. A solução deste problema está em parte na produção. Para evitar esta situação há necessidade de maior assistência, tanto técnica como financeira.

## **2.4 Conceptualização**

Quatro conceitos são importantes para o entendimento e orientação ao longo do trabalho. Os conceitos em alusão são; Repressão Financeira, Associações Agrícolas, Crédito Agrário e Taxas de Juros.

### **2.4.1 Repressão Financeira**

Denizer et al. (1988)<sup>35</sup> tomam o conceito como um conjunto de regulamentações governamentais, leis e outras restrições de fora do mercado para prevenir que os intermediários numa economia operem na sua capacidade total. Para os autores as políticas que causam uma repressão financeira incluem, valor máximo da taxa de juros, necessidade de rácio de liquidez, necessidade de elevada reserva bancária, controlo de capitais, restrições da entrada no mercado do sector financeiro, valor

---

<sup>34</sup> Estes factores em algum momento atestam-se pela vigência de questões sistemáticas de xenofobia que têm como vítimas camionistas e os alvos tendem a crescer.

<sup>35</sup> Definição clássica retirada de McKinnon (1973) e Shaw (1973).

máximo de crédito ou restrições na orientação da alocação de créditos e bancos sob controlo governamental.

Singh (2008:3) vê repressão financeira como excessivo controlo ou controlo inapropriado do sector financeiro, sendo o factor visível nos PVD. Singh<sup>36</sup>continua afirmando que repressão financeira geralmente é identificada pelas taxas de juros baixas e taxas de inflação variável. Em geral, a repressão financeira é determinada de acordo com análises da economia em causa, sendo que mediante este factor são criados mecanismos para a concretização.

Nota-se que a repressão financeira é vista consoante o nível de desenvolvimento do país, em que se for um País Desenvolvido (PD) ter-se-á o mecanismo como desvio da tendência do mercado e caso contrário como ferramenta para alavancagem de sectores estratégicos da economia. Nos PVD esta ferramenta deve ter uma aplicação objectiva e focalizada.

#### **2.4.2 Associações Agrícolas**

Camponeses são agricultores pequenos, isolados e diversificados. Estes para criarem maior influência unem-se e criam as associações. Neste caso vertente as Associações Agrícolas são uma forma de ultrapassar os problemas de um conjunto de camponeses das zonas rurais ou periurbanas nos assuntos que os afligem.

O Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) (2015: 18) define como uma organização de camponeses ou produtores agrícolas ou agro-pecuários orientados à satisfação de interesses comuns, ligados com a produção, processamento e comercialização de produtos agro-pecuários. A associação pode ser ou não registada legalmente.

Vala (2012:271) e Veiga (2000) afirmam que sociologicamente as associações são grupos de seres humanos que de uma maneira orgânica entram em relação a fim de tornar possível a realização de certos interesses comuns e participam na função da vida social. Vala (2012) vê no associativismo agrícola um mecanismo institucional de promoção de desenvolvimento económico local e consequentemente um instrumento que visa melhorar as condições de vida dos camponeses. Desta forma notam-se os seguintes pontos; objecto da associação, finalidade e procura de uma acção conjunta para fazer face aos problemas inerentes aos associados, embora, estes possam ser independentes entre si agem dentro de certas regras.

---

<sup>36</sup> Esta abordagem é proveniente da posição de Mckinnon (1973, 1976) e Shaw (1973).

O Decreto-Lei nº 2/2006 sobre Associações agrícolas afirma que as zonas de actuação visam aglutinar os esforços dispersos e individuais dos produtores, melhorar a sua organização e ligação com outros sectores da economia e da sociedade. As associações agrícolas estão organizadas para entreatajuda e defesa dos membros através do título que assegura a fruição do objecto de aglutinação com finalidade de apoio ou exploração. O seu reconhecimento parte das autoridades locais.

### **2.4.3 Crédito Agrário**

Para que haja sucesso dos camponeses há que ter mecanismo de financiamento, este é feito através do Crédito Agrário. MASA (2016:19) define Crédito Agrário como um recurso produtivo em forma monetária ou espécie disponibilizada por uma agência pública, privada ou pessoa colectiva/singular destinada a realização de uma certa actividade produtiva em qualquer uma das formas (comercialização, transporte, armazenamento, agro-processamento, etc). As associações são vistas como beneficiárias do crédito agrário, sendo que para tal devem estar organizadas de modo a tornarem-se elegíveis e contornar os problemas e obstáculos e em especial a banca formal.

### **2.4.4 Taxas de Juros**

Matias (2013) define taxa de juros como remuneração de um determinado capital durante um determinado prazo, i.e, é o valor do dinheiro no tempo. A taxa de juro depende de capital, tempo e o preço fixado ou a taxa. A taxa de juro usada será nominal, activa<sup>37</sup> e será tomada numa vertente temporal anual.

Este é um conceito fundamental para a tomada de decisão em relação ao financiamento, através desta ferramenta são viabilizados as actividades produtivas ou comerciais em contrapartida ao preço da sua disponibilização. Neste caso, temos dois tipos a destacar; a taxa de juro nominal<sup>38</sup> e a efectiva<sup>39</sup>. O factor diferenciador entre ambos é o efeito de capitalizações que podem ser sucessivas ou não consoante o caso, i.e, mediante a existência de juros de juros.

---

<sup>37</sup> Quando a instituição concede empréstimos e recebe o valor com as taxas de juros, caso contrário seriam taxas de juros nominais passivas, em que a banca nesse caso paga os juros aos depósitos dos clientes mediante uma taxa.

<sup>38</sup> Não leva sucessivas capitalizações ou não tem juros de juros.

<sup>39</sup> Nesta há sucessivas capitalizações ou tem juros de juros.

## Capítulo III

### 3. O Papel da Agricultura e das Pequenas Explorações Agrícolas em Moçambique

O presente capítulo procura explicar, caracterizar e definir a Agricultura de Moçambique. Em simultâneo procura demonstrar como a agricultura é tomada na acepção das associações, caracterizando-as e demonstrando os benefícios que tem para o desenvolvimento.

#### 3.1 O Papel da Agricultura para a Economia e no Desenvolvimento

Moçambique é um país com mais de 70% da população no sector da Agricultura (INE, 2020; MASA, 2016 e IOF, 2016), significando que a sua ineficácia e implicações afectam o rendimento, a segurança alimentar, o crescimento sustentável, a redução da pobreza, o emprego e a produção.

Abaixo são apresentados na Tabela 3 dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) (2020) entre 2004 a 2019 sobre; (i) a contribuição da agricultura no Produto Interno Bruto a preços correntes (PIBpc), (ii) o valor percentual do PIBpc, e, (iii) Percentagem da Agricultura na Estrutura do PIBpc. O ano de 2006 país registou maior PIB que foi de 9,6% e 2019 teve o menor PIB que foi de 2,3%. O ano de 2006 teve a maior contribuição percentual da agricultura com 3,0% no PIB e 2012 teve a menor contribuição que correspondeu a 0,1%. Entretanto, olhando a Estrutura Percentual da Contribuição nota-se que a Agricultura teve o maior percentual em 2009 com 25,0% e o menor<sup>40</sup> percentual foi em 2004 com 20,0%. Em todos os anos a contribuição percentual agrícola tem oscilado entre  $\frac{1}{5}$  a  $\frac{1}{4}$  do total do PIB. Mesmo com a redução da contribuição da agricultura no PIB, a situação não verifica-se na estrutura de percentagem de contribuição do PIB que continua ao mesmo nível.

Tabela 3-Dados da Agricultura em relação ao PIB (%)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
(1) Contribuição da Agricultura no PIBpc (%)	1,4	1,9	3,0	2,6	1,5	1,8	1,0	1,0	0,1	0,5	0,8	0,6	0,9	0,8	0,8	0,2
(2). PIBpc Anual (%)	7,5	6,5	9,6	7,6	7,9	6,0	6,8	7,9	7,3	7,0	7,4	6,7	3,8	3,7	3,4	2,3
(3). Percentagem da agricultura no PIBpc (%)	20,0	20,3	21,5	21,3	23,7	25,0	24,0	23,1	22,2	21,2	21,6	20,7	21,2	22,9	22,5	24,7

Fonte: INE (2020).

O Inquérito ao Orçamento Familiar-2014/15a (IOF, 2014/2015a) e IOF 2014/15b na Tabela 4

<sup>40</sup> A descida na contribuição, o USAID (2008) toma como resultado duma característica normal do crescimento económico como transformação estrutural de sucesso, não como sinal de estagnação.

apresentam que 74,6% da população moçambicana ocupa-se da Agricultura, Silvicultura e Pescas. A População Economicamente Activa (PEA) é de 84,9%, ao nível urbano existem 74,9% de PEA e na zona rural são 90,3% de PEA. A zona rural tem a maior PEA empregue. A Agricultura, Silvicultura e Pescas apresentam uma percentagem de 74,6% de população empregue, sendo os ramos de Energia e Construção os que menos empregam, ambos com 0,1%. Na zona Urbana a Agricultura, Silvicultura e Pescas empregam 33,6%, sendo a maior percentagem de empregabilidade, tendo os ramos de Energia e Construção, os menores com 0,2% e 0,3%, respectivamente. Na zona Rural, a Agricultura, Silvicultura e Pescas empregam um total de 90,2%, maior percentagem nesta zona e tem-se os ramos de Energia e Construção com 0% para ambos. Em termos provinciais destacam-se Tete e Maputo-Cidade com 88,3% e 5,9% com maior e menor percentagens, respectivamente. A Agricultura, Silvicultura e Pescas só tem menor empregabilidade em Maputo-Cidade, sendo Outros Serviços que mais destacam-se nesta província. No resto das províncias a Agricultura, Silvicultura e Pesca são esmagadores.

Tabela 4-Distribuição Percentual da População Económica Activa (PEA), Ramo de Actividade e Província (%)

	População Economicamente Activa (PEA)					População Não Economicamente Activa (PNEA)				Total
<b>Total</b>	84,9					15,1				100
<b>Urbano</b>	74,9					25,1				100
<b>Rural</b>	90,3					9,7				100
Ramos de Actividades										
	Agricultura, Silvicultura e Pescas	Indústria Extractiva e Mina	Indústria Transformadora	Energia	Construção	Transportes e Comunicação	Comércio e Finanças	Serviços Administrativos	Outros Serviços	Total
<b>Total</b>	74,6	0,4	3,0	0,1	0,1	1,2	8,9	1,8	9,9	100
<b>Urbano</b>	33,6	0,5	6,4	0,2	0,3	3,2	23,3	5,5	26,9	100
<b>Rural</b>	90,2	0,4	1,7	0,0	0,0	0,4	3,5	0,4	3,4	100
Província										
<b>Niassa</b>	84,9	0,2	1,5	0,0	0,0	0,7	5,7	1,6	5,4	100
<b>Cabo Delgado</b>	86,6	0,1	3,7	0,0	0,1	0,3	4,3	0,6	4,2	100
<b>Nampula</b>	79,7	0,2	3,2	0,0	0,0	0,6	8,4	1,3	6,4	100
<b>Zambézia</b>	86,6	0,5	1,9	0,0	0,0	0,8	4,4	0,8	5,1	100
<b>Tete</b>	88,3	0,4	1,2	0,1	0,0	0,4	3,7	1,1	4,7	100
<b>Manica</b>	73,8	0,7	3,7	0,1	0,0	1,0	8,6	1,8	10,3	100
<b>Sofala</b>	74,2	0,1	2,4	0,0	0,1	2,2	9,6	1,5	9,8	100
<b>Inhambane</b>	74,6	0,6	3,1	0,0	0,0	1,1	8,8	1,7	9,8	100
<b>Gaza</b>	68,3	1,8	2,4	0,0	0,4	1,4	9,9	2,9	12,7	100
<b>Maputo-Província</b>	32,4	0,4	7,0	0,3	0,6	3,5	22,5	5,1	28,0	100
<b>Maputo-Cidade</b>	5,9	0,2	5,9	0,2	0,5	4,3	32,9	7,5	42,6	100

Fonte: IOF 2014/15

O IOF 2014/15 e MASA (2016) demonstram que a agricultura é o sector que mais ocupa e emprega a população moçambicana e as mulheres são as que mais praticam a actividade e o número é maior

na zona rural. USAID (2008) afirma que o país têm factores naturais que beneficiam a agricultura, como, terra, água, sol, abundância de mão-de-obra, variedades de zonas climáticas favoráveis a vários produtos em épocas altas do mercado. Nesta vertente, Arndt e Tarp (2000) e Cunguara (2011:49) afirmam que a agricultura joga um papel fundamental por criar efeito multiplicador e de transformação económica sobre o resto da economia, particularmente nas primeiras fases de desenvolvimento, pois, representa uma fracção importante do PIB, do emprego e comércio. Um crescimento económico acelerado permite a aplicação de capital intensivo, alavancando gradualmente a economia. Factores evidenciados pelos dados do IOF 2014/2015.

### 3.2 As Pequenas Explorações Agrícolas e o seu Impacto na Agricultura

Os dados do Censo Agropecuário (CAP) (2011) na Tabela 5 demonstram que as pequenas explorações correspondem a 99,32%, as médias 0,66% e grandes 0,02%. As pequenas explorações tem 10 subclasses em termos de área de produção e destas predominam entre 1 hectares (ha) a 2 ha que correspondem a 37,38% seguidos de 0,5 ha a 1 ha que correspondem a 24,15%, perfazendo no total 61, 53%. As pequenas explorações agrícolas serão tomados quanto a sua produção de hortícolas, legumes e tubérculos produtos importantes para a dieta alimentar.

Tabela 5-Número de Explorações por Classes e Área Cultivada por tipo de Exploração Agrícola

	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Classes de áreas cultivadas (ha)	3 652 367	24 418	755,0	3 677 540
< 0,1	44 065	77,0	0,0	44 142
0,1 - ≤ 0,2	37 094	55,0	1,0	37 150
0,2 - ≤ 0,5	299 686	313,0	9,0	300 007
0,5 - ≤ 1	882 238	1 362	31,0	883 630
1 - ≤ 2	1 365 470	4 288	45,0	1 369 801
2 - ≤ 3	576 118	4 313	44,0	580 475
3 - ≤ 4	243 083	2 897	52,0	246 032
4 - ≤ 5	98 861	2 026	60,0	100 948
5 - ≤ 10	95 620	3 877	134,0	99 630
10 - ≤ 20	0,0	4 234	110,0	4 334
20 - ≤ 50	0,0	742,0	102,0	844,0
50 - ≤ 100	-	9,0	53,0	62,0
100 - ≤ 200	-	-	22,0	22,0
200 - ≤ 500	-	-	24,0	24,0
500 - ≤ 1000	-	-	6,0	6,0
> 1000	-	-	15,0	15,0
Ñ Especificado	10 136	225,0	47,0	10 408
%	99,32	0,66	0,02	100,0

Fonte: INE-MINAG (2011).

Ao olhar os dados da Tabela 6 sobre o tipo de exploração em relação as províncias nota-se o seguinte:

as províncias de Zambézia e Cabo Delgado são os que mais apresentam as pequenas explorações agrícolas com 99.22% e 99.37%, respectivamente. A Província de Manica com 94.97% é a com menor número percentagem de pequenas explorações agrícolas.

Para USAID (2008) as pequenas explorações agrícolas têm dependência em métodos e técnicas tradicionais. Esta dependência é causada pela fraca educação, fraco acesso aos mercados de insumos de produção, pobres infra-estruturas, fraco financiamento, dispersão da população rural que trazem consigo enormes custos logísticos, de infra-estruturas e serviços de apoio ao mercado. Estes factores levam a necessidade de resposta atempada que pode ser através de maior robustecimento do financiamento para fazer face as adversidades.

Tabela 6-Categorias Agrícolas, Números e Percentagens

Província	Explorações							
	Pequenas		Médias		Grandes		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Niassa</b>	156 212	99	1 561	0.99	21	0.01	157 794	100
<b>Cabo Delgado</b>	320 644	99.37	2 030	0.63	15	0	322 689	100
<b>Nampula</b>	749 406	98.73	9 571	1.26	49	0.01	759 026	100
<b>Zambézia</b>	822 346	99.22	6 430	0.78	16	0	828 798	100
<b>Tete</b>	595 176	96.75	19 958	3.24	42	0.01	615 176	100
<b>Manica</b>	241 305	94.97	12 768	5.02	21	0.01	254 094	100
<b>Sofala</b>	463 587	97.92	9 744	2.06	80	0.02	473 411	100
<b>Inhambane</b>	192 083	95.36	9 288	4.61	57	0.03	201 428	100
<b>Gaza</b>	348 878	95.43	16 461	4.5	254	0.07	365 593	100
<b>Maputo Província</b>	278 065	97.99	5 372	1.89	318	0.11	283 755	100
<b>Nacional</b>	4 167 702	97.79	93 183	2.19	873	0.02	4 261 758	100

Fonte: IAI (2020).

Com base nesta categorização agrícola, não obstante a sua importância na produção e distribuição de alimentos internamente, as pequenas explorações agrícolas são as que têm maiores obstáculos. A maior parte da agricultura de pequena escala dificilmente tem tido ajuda por ser actividade dispersa e de grande risco na economia e normalmente a ajuda à esta categoria é direccionada às associações agrícolas. Embora sendo as mais beneficiadas para agricultura, o associativismo no sector agrícola é muito baixo conforme demonstrado pela Tabela 7.

MASA (2016) nota que a nível nacional em média 0.6% recebeu crédito no sector agrícola para as pequenas e médias explorações. A Província de Tete e Niassa<sup>41</sup> são as que maior percentual receberam

<sup>41</sup> Há que lembrar que esta província é a que menos apresenta as pequenas explorações agrícolas, consoante a Tabela 2.

e Inhambane a que menos recebeu o crédito a nível nacional. Entretanto, o crédito governamental é o maior contribuinte para o financiamento do sector agrícola com 31,9%, seguido das empresas com 18,7%, a banca é a quinta maior fornecedora das oito formas arroladas com 10,2%, ficando somente a frente de familiares, amigos e outros. Há que realçar que a Província de Cabo Delgado recebeu 100% do crédito governamental e Tete foi a que menos recebeu. Em termos de associações a Província de Nampula é a que mais recebeu ajuda de crédito, sendo Gaza a que têm menos registos de recepção, embora existam várias províncias sem registo numérico neste item.

Tabela 7-Percentagem de Explorações que Receberam Crédito por Fonte para Pequenas e Médias Explorações

	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Total
<b>% que Recebeu do Crédito</b>	1,9	0,2	0,4	0,5	2,4	1,2	0,5	0,1	0,5	0,2	0,6
<b>Governo</b>	44,1	100	15,7	30,0	10,3	95,5	27,3	44,1	56,1	13,8	31,9
<b>Banco</b>	-	-	-	27,4	13,4	2,6	16,9	31,5	-	12,6	10,6
<b>Associações</b>	-	-	84,3	-	-	-	52,8	-	43,9	73,9	18,3
<b>Empresas</b>	31,3	-	-	-	42,8	-	-	-	-	28,7	18,7
<b>ONG</b>	24,3	-	-	-	26,0	-	-	24,4	-	-	12,1
<b>Familiares</b>	-	-	-	31,4	0,4	-	3,0	-	-	-	4,6
<b>Amigos</b>	-	-	-	11,2	7,1	-	-	-	-	-	4,0
<b>Outro</b>	-	-	-	-	-	1,9	-	-	-	-	0,2

Fonte: MASA (2016) e IAI (2015).

A banca comercial é um meio por excelência e vocação de canalização dos créditos, mas as taxas de juros por si apresentadas são muito elevadas, o que torna inviável para as associações agrícolas. Nesta lógica há que destacar esforços de bancarização da economia nacional, acto resumido pelo slogan do Presidente da República Filipe Nyussi no seu primeiro mandato por "um distrito, um banco". Este slogan resume e demonstra a importância que a banca têm no sistema e a urgência para a sua efectividade. Embora a liberalização financeira procure a massificação do sector privado nota-se que o Estado através das instituições financeiras por si criadas é que acaba prestando o serviço de financiamento, facto que revela a deficiência no sector financeiro.

Agricultura de Grande Escala, comercial e monopolista facilmente mobiliza os seus financiamentos de forma directa com o governo ou outros, enquanto para os pequenos e médios agricultores estes problemas tendem a ser resolvidos de forma "bottom-up", o que tem maior burocracia e leva mais tempo. É nesta lógica que Amarey (2012:228) afirma que o Estado prefere financiar projectos com elevados retornos financeiros em vez de projectos de elevado retorno social, direccionando à estas parcerias com grande investimento, mais lucrativo e com interesse de grande capital, prejudicando sectores como da agricultura de pequena e média exploração. Por outro lado, o Estado é forçado a ceder criando um sistema de incentivos muito elevado para os sectores, dando receita fiscal baixa.

Há uma excessiva dependência na Agricultura de Pequena Escala em auto-financiamento ou lucros retidos (USAID, 2008), só se estiver numa organização é que pode ter um financiamento externo e dificilmente é do sector bancário. Entretanto, dado as características das pequenas e médias explorações o melhor vector de recepção de financiamento são as associações agrícolas dado as condições vantajosas que estas demonstram. As associações agrícolas são conjunto de pequenas e médias explorações numa dada região.

No sector agrícola de pequena e média escala o financiamento formal a esta actividade é quase inexistente e se existe é baseado em pequenos fundos mobilizados pelas instituições, diversas organizações nacionais ou internacionais. Este financiamento é dirigido para grupos específicos dado a sua influência no sistema. Assim, pode-se concluir que o financiamento aos camponeses não foge do sistema de financiamento do sector agrícola que em geral é um dos mais deficitários a nível nacional. Ademais, a questão de financiamento é um problema global ao sector privado e com maior gravidade aos pequenos e médios agricultores, i.e., agravando-se a medida que este vai sendo pequeno.

A Tabela 8 do Inquérito Agrário Integrado - IAI (2020) indica que apenas 3,5% de explorações agrícolas está enquadrada numa associação agrícola, média ou grande exploração. Este número representa um crescimento em relação ao censo de 2011 que eram 2,8% evoluindo para 3,5%. A maior percentagem regista-se em Manica e Sofala com 8,2% e a menor em Zambézia e Inhambane com 1,7%. De todo o tipo de associações, as Associações de Produtores Agrícolas são as mais representativas com 76,6% sendo as menos representativas as Cooperativas com 6,3%. Cabo Delgado<sup>42</sup> é a província com o maior número de Associações de Produtores Agrícolas com 93,8% e a menor percentagem situa-se em Niassa com 52,5%. De todas províncias moçambicanas Manica é a que recebe melhor informação sobre preços com 62,7% e Inhambane menos informação com 16,2% de uma média nacional de 39,9%. Mesmo com esta disposição de informação, os entrevistados constataam que não há um departamento que trata da agricultura de pequena escala ou associações nas suas diferentes dinâmicas, estas aparecem acoplada a agricultura de média e grande escala podendo ser comercial como não.

---

<sup>42</sup> Razão da província ter uma recepção elevada de crédito ao nível governamental.

Tabela 8-Percentagem de Explorações por Província que Pertencem à Associações Agrárias

Província	Recebeu Informação sobre Preços (%)	Pertencente a alguma Associação (%)		Tipo de Associações			
		2011	2020	Associações de Produtores Agrícolas	Cooperativas	Empresas Privadas	Escola na Machamba do Produtor (EMP)
Niassa	48.6	1.7	2.5	52.5	0.9	36.1	10.4
Cabo Delgado	55.3	6.4	1.8	93.8	0	6.2	0
Nampula	46.6	3.1	2	63.7	0.1	29.3	6.9
Zambézia	37.7	1.1	1.7	78.7	11.5	3.9	5.9
Tete	46.7	3.9	4	80.9	1.5	3.1	14.5
Manica	62.7	3.4	8.2	87.2	0.5	3.8	8.6
Sofala	37.4	4.7	8.2	73.2	9.2	9.3	8.3
Inhambane	16.2	2.2	1.7	60.3	37.9	1.8	0
Gaza	17	1.4	3.9	74.9	12	13	0.1
Maputo Província	21.5	1.6	3.1	82	9.1	7.9	1
Nacional	39.9	2.8	3.5	76.6	6.3	9.7	7.4

Fonte: IAI (2020) e 2011 extraído de MASA (2016).

Com estes dados oficiais demonstra-se que estratégia de financiamento aos camponeses é complexa, não padronizada, não detalhada e carece de uma lógica integrada. Por isso, para os camponeses a estratégia de financiamento é diversificada, difusa e baseada nas capacidades de cada camponês. Para sua viabilidade aconselha-se a formação de associações para resolver os problemas. Nota-se, porém, que a formação das associações torna-se uma excepção, por ser necessário a existência de dinamizadores (líder, sociedade civil, Organizações Não Governamentais-ONG ou outra forma e uma acção tempestiva destes) e a sua operacionalização depende da dinâmica da direcção. Embora, reconheça-se que actualmente as associações agrícolas são casos notáveis, são os maiores e melhores receptores de assistência financeira agrícola e têm demonstrado ser uma forma endógena de resposta a circunstancialismos após a independência como resposta as dinâmicas sociais internas (Francisco, 1987), o que dá maior originalidade e aceitação social.

### 3.3 Surgimento e a Endogeneidade das Associações dos Produtores Agrícolas

Francisco (1987) na sua tese de licenciatura na UEM relata suscitantemente a génese de associações de produtores agrícolas. O autor afirma que após a independência por volta de 1980 houve vários programas de construção e limpeza de grandes infra-estruturas como canais de irrigação, valas de drenagem em que para tal formavam-se grupos. Em 1983 notam-se alguns desses grupos em Mahotas

e Albazine, com reuniões um dia por semana pelas manhãs, estimulados pelo Gabinete das Zonas Verdes (GZV). Muitos desses grupos organizavam-se em associações, prestando vários tipos de trabalho em inter-ajuda entre os membros da associação nas machambas individuais. Esta relação de pequenos produtores agrícolas desenvolveu-se com tempo formando um grupo de produtores.<sup>43</sup> Os individuais com mais de 3 ha de terra não aderiam o projecto dado a sua autonomia.

Para Francisco (1987) este movimento fornecia bens frescos alimentares as zonas urbanas, o que levou a ser organizado por GZV. Embora, estes fossem privados reclamavam em parte ajuda e dinamização pelo Estado de modo a obter condições de um mercado perfeito, culminando com a liberalização de preços numa primeira fase, tomando outras formas mais adiante. Paralelamente, criaram-se formas estatais de produção para fornecimento de bens frescos às cidades conhecidas por “machambas do povo”, estas estavam sob gestão directa das representações locais. A gestão das machambas do povo era consoante os recursos estatais escassos e tinham problemas na alocação.

Para o autor, os GZV significavam expressão do investimento do capital privado de vários estratos sociais, desde os funcionários do Estado, residentes da “cidade de cimento”, operários, comerciantes que procuram uma parcela de terra de modo a investir parte dos seus ganhos ou empréstimos pelo crédito agrário do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD). Entretanto, na formação do GZV foram tomadas quintas “abandonadas e existentes” criando em parte o “sector das quintas”. A procura de terra nestes moldes criou o movimento dos “requerentes”. Para exploração das quintas era necessário um plano elaborado pelo requerente. Este movimento trouxe muitos conflitos de terra no período, em que algumas atribuições foram tomadas como ilegais. Posteriormente este movimento foi parado pela desorganização, crise geral da economia, guerra entre outras. As ajudas externas como da USAID, OXFAM, Caritas, Vaticano, Organismos da Holanda e Dinamarca eram direccionados para privados e foram importantes na afirmação das associações.

---

<sup>43</sup> Igual ao modelo relatado por Yunus (2002).

## Capítulo IV

### O caso da Associação Agropecuária de Moamba: o Camponês X.

Este capítulo faz análise das DF da Associação Agro-pecuária e do Camponês X da Associação Agropecuária de Moamba. Começa-se por fazer-se a caracterização do Distrito de Moamba e definição do caso de estudo. Em seguida faz-se enquadramento contabilístico do caso. Na análise do caso em estudo faz-se uma gradação decrescente na análise financeira, i.e., parte-se das DF globais que integram e caracterizam o desempenho do Camponês. Nesta análise, olha-se o desempenho financeiro relativo da cultura da Batata-reno em relação à outras culturas. Por fim, faz-se análise do desempenho financeiro da cultura da Batata-reno, olhando-se mais as rubricas da mesma.

#### 4.1 Localização, Características Físicas e Económicas de Moamba.

De acordo com MAE (2005) Moamba está a norte da Província de Maputo<sup>44</sup> a 75 km da capital pela EN4, entre os paralelos 24° 27' e 25° 50' sul e os meridianos 31° 59' e 32° 37' Este. Moamba tem uma superfície de 4 628 km<sup>2</sup>, segundo o documento do MAE, em 1997 apresentava uma população de aproximadamente de 62 392 habitantes tendo uma densidade populacional de 13,6 hab/km<sup>2</sup> e uma população maioritariamente feminina e jovem. A taxa de urbanização é de 26%. O Distrito tem uma temperatura média anual de 23° a 24° C e uma pluviosidade<sup>45</sup> anual entre 580 mm a 590 mm.

O MAE (2005) afirma que o Distrito é quase uma planície, embora tenha algumas elevações, os solos são de origem aluvionar e basáltico, sendo vermelhos, pedocálicos, pardos, hidromórfos e aluvionares. A sua floresta é de baixa altitude. As vias de comunicação são diversificados. Em termos rodoviários temos o Corredor de Maputo. No corredor de Maputo, o Distrito é atravessado pela via-férrea Maputo-Ressano Garcia. Existem duas pistas de aterragem de avionetas na Vila de Sábiè e Corumana (em estado abandonado). O MAE afirma que o distrito conta com 17 mil ha de infra-estruturas e equipamentos de irrigação, dos quais só 210 ha estão operacionais. Há um potencial 299 mil ha de terras aráveis em que ocupa-se apenas cerca da metade da área total, sendo aproximadamente 20% (24 500 ha de Sequeiro e 9 100 ha irrigados) e 60 mil ha de pasto (23%). Existem em Moamba cerca de 10 000 explorações agrícolas familiares com área média de 1.3 ha e a metade têm menos de 1 ha e estes têm 20% da área cultivada e muitas em regime de consociação.

---

<sup>44</sup> A norte tem como limite o Rio Massintonto que o separa do distrito de Magude, a sul temos os Distritos de Boane e Namaacha, a este temos os Distritos de Manhiça e Marracuene, a oeste temos a linha de fronteira artificial com a província sul-africana de Transvaal com 53 km em linha férrea. O distrito é atravessado pelo Rio Incomáti, tendo como seus afluentes Massintonto e Sábiè a norte do distrito.

<sup>45</sup> MAE (2005) afirma que a pluviosidade acentuada verifica-se entre outubro à março sendo com 571 mm entre dezembro a fevereiro e fresco entre abril e setembro.

Estas explorações absorvem cerca de 30% da mão-de-obra local. A situação da Associação Agropecuária de Moamba tem condição diferente e vantajosa por ter mercado para os bens (Matola, Boane e Cidade de Maputo) e tem uma boa rede rodoviária para o escoamento dos produtos.

De acordo com os camponeses no distrito existem 3 associações agro-pecuárias geridas pelo Regadio de Moamba através de blocos, sendo 2 na sede e 1 em Sábiè. Os blocos da sede são 1 e 2. O Bloco I tem 485 ha e tem 100 agricultores mas são usadas somente 250 ha, o Bloco II tem 150 agricultores numa área de 450 ha, mas em uso são 250 ha. Sobre a região do Sábiè pouco analisou-se. A salinidade do lençol freático não permite uso de toda extensão. Cunguara (2011) afirma que a salinidade dos solos afecta a zona sul, que possui a maior área irrigada. Factor que explica a presença de regadios e maior investimento neles. Este cenário não foge a Moamba. O autor realça que os regadios são fonte de emprego nos distritos, podendo fornecer em média 40 trabalhadores permanentes.

Para análise são tomados os dados do Camponês X no Bloco I. Neste lote produzem-se entre 5 a 6 culturas. O camponês analisado dispõe de 7 ha de terra, em que são normalmente usados 6 ha, sendo 1 ha anualmente colocado rotativamente em pousio para a recuperação. Em termos médios tinham de ser produzidos 1.4 ha/cultura, entretanto, somente a produção da Batata-reno toma 4 ha e ficam 3 ha, sendo 2 ha para outra cultura e 1 ha para pousio, i.e., dado que o período de produção seja diferente no tempo para as culturas, as médias de extensão tomadas por cultura são acrescidas<sup>46</sup> em relação a média. A Tabela 9 mostra a distribuição das culturas ao longo do tempo e a extensão de terra tomada.

Tabela 9-Distribuição das Culturas Agrícolas por Espaço e Tempo

Produto	Extensão(ha)	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro
<b>Batata reno</b>	4												
<b>Tomate</b>	2												
<b>Pepino</b>	1												
<b>Repolho</b>	3												
<b>Pimento</b>	2												

Fonte: Elaborado pelo autor.

Constata-se pela Tabela 9 que a cultura da Batata-reno ocupa maior extensão e tempo. A extensão e tempo justificam-se pela rentabilidade, complexidade, importância da cultura, estratégia do financiador e da cultura para o mercado e a natureza da cultura em que pode-se ter três qualidades de produção ao longo da campanha, embora após a primeira colheita o tamanho e a qualidade tendam a decrescer. Esta cultura é plantada simultaneamente com a cultura do Tomate. As três outras culturas são plantadas após serem colhidas as duas primeiras e tem um período menor para maturação.

<sup>46</sup> Há que ressaltar que a alocação dos valores monetários e o tamanho variam de camponês para camponês, consoante as facilidades de empréstimos, de mobilização de mão-de-obra, condições entre outros.

## 4.2 Enquadramento Contabilístico do Estudo de Caso.

Segundo os nºs 2, 3 do Artigo 1 e nº4 do Artigo 2 do Plano Geral de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro<sup>47</sup> (PGC/NIRF) encontram-se os pontos estruturantes das normas contabilísticas. O Plano de Contabilidade para o Sector Empresarial de Moçambique<sup>48</sup> tomado como (PGC/NIRF) é constituído por PGC/NIRF (Título I) e Plano Geral de Contabilidade para Pequenas Empresas (PGC/PE)<sup>49</sup> como Título II, onde assenta o trabalho. Os artigos supracitados reforçam-se afirmando que as empresas que não enquadram-se no PGC/NIRF tomam PGC/PE. O PGC/PE toma os conceitos contabilísticos do PGC/NIRF conforme a adaptação conceitual apresentada.

Para efeitos analíticos e práticos todos os itens das DF<sup>50</sup> não são necessárias para o estudo ou não tem como apurar-se, como é o caso do Balanço que dá a posição financeira da empresa. Neste ponto nota-se que a associação usa infra-estruturas e equipamentos agrícolas construídas e pertencentes ao Estado<sup>51</sup> e há pagamento duma taxa para o uso. Estas são as razões da dificuldade de constituição do Balanço. O mesmo tratamento se tem na terra, em que existe um valor simbólico pago para renovação do uso denominado por joia<sup>52</sup>. Portanto, a informação sobre a posição financeira torna-se inviável, no trabalho restringe-se a análise das Demonstrações de Resultados (DMR)<sup>53</sup> que dará o desempenho financeiro do camponês X. Ademais, constatou-se que o camponês X não tem contabilidade organizada, tal e qual a própria associação.

As DF devem ser apresentadas uma vez por ano (PGC/PE, Capítulo 2.2: 1) não se especificando as datas. Esta posição é reforçada no ponto 5 do mesmo artigo ao realçar o carácter facultativo da data afirmando-se que podem ser períodos mais longos ou curtos consoante as especificidades das culturas e também podem ser alterados os períodos contabilísticos. Nesta ordem, Marion (2009:5) reforça esta posição ao afirmar que para produtos agrícolas com períodos de colheitas diferentes<sup>54</sup> ao ano, recomenda-se que o ano agrícola seja fixado consoante a cultura que prevaleça economicamente como de maior desempenho financeiro. As culturas analisadas são sazonais concentrando-se em

---

<sup>47</sup> Aprovado pelo Decreto nº 70/2009, de 22 de dezembro de 2009, aprovado pelo Conselho de Ministros.

<sup>48</sup> Este Plano é adoptado pelo Decreto nº70/2009 de 22 de dezembro, aprovado pelo Conselho de Ministros, torna explicito que a PGC/NIRF são orientadas para as Médias e Grandes Empresas, sendo que as Pequenas Empresas regidas pelo ajustamento no Plano Geral de Contabilidade (PGC) aprovado pelo Decreto nº36/2006 de 25 de julho e “*a posterior*” pelo Título II do PGC/NIRF. Estas mudanças são tomadas com a cobertura de Constituição da República de Moçambique (CRM) na alínea f), nº1 do Artigo 204º.

<sup>49</sup> Aprovado pelo Decreto nº 36/2006, de 25 de julho 2006, aprovado pelo Conselho de Ministros. Este inspira o PGC/PE e entra em aplicação em 1 de janeiro de 2011.

<sup>50</sup> O Estudo contabilístico foca-se na análise das Demonstrações Financeiras (DF). As DF são essencialmente constituídas por Balanço, Demonstrações de Resultados (DMR), Notas Descritivas, Informações Adicionais e Mapas Suplementares (as três últimas em conjunto são “notas explicativas”) (Alíneas 3 e 4, Capítulo 2.2 do PGC/PE).

<sup>51</sup> Neste caso, o mesmo tratamento é dado a terra, através do artigo, do CRM.

<sup>52</sup> A jóia paga a manutenção e custos operacionais dos bens comuns, tais como regadios, diques entre outros.

<sup>53</sup> A DMR será por Natureza por ser a principal forma de apresentação.

<sup>54</sup> O foco da produção são as culturas temporárias, segundo Marion (2009:15) tem um período de vida curto, são sujeitos ao replantio após a colheita.

determinado período do ano. Neste caso, temos a Batata-reno que é de maior valor económico e é cultura do financiamento do FDA por ser estratégica.

Portanto, olhando a abordagem de Marion (2009:4) a receita da actividade agrícola concentra-se durante ou logo após a colheita, mesmo que a colheita seja armazenada, este é o sinal para o fim do exercício, a comercialização é que mede o desempenho. Orientação tomada no trabalho.

Cabe a associação dos camponeses a auscultação das suas necessidades. As necessidades financeiras são voluntaria e individualmente auscultadas a todos camponeses e enviadas de forma integrada à FDA. O FDA através da resposta coordenada a partir do Ministério da Economia e Finanças (MEF) e o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) envia a resposta em forma de espécie, concretamente em culturas de maior dificuldade para aquisição e sensíveis no manuseamento para o camponês consoante a região, neste caso a Batata-reno. Além desta assistência o FDA providencia um Parque de Equipamentos para a assistência da associação. Neste serviço o FDA disponibiliza à privados equipamentos agrícolas. O privado faz a gestão do equipamento de modo a amortizar o valor do mesmo podendo com tempo adquirir ou terminar somente na manutenção. O contrato sobre o equipamento disponibilizado prevê uso prioritário na associação<sup>55</sup>. A gestão do Parque de Equipamento é feita por um camponês idóneo e retirado da produção.

### **4.3 Questões Financeiras Globais<sup>56</sup>**

No processo de viabilização das culturas os camponeses fazem uma combinação de serviços financeiros necessários, sendo a do FDA a principal, isto faz-se pela alocação de sementes da cultura agrícola de maior valor económico. Por outro lado, temos os privados pela contracção de empréstimos a taxa do mercado para o capital operacional. O Empréstimo Obtido<sup>57</sup> é misto, i.é, o FDA<sup>58</sup> financia parte das necessidades da cultura de maior valor económico através das sementes, as outras culturas são financiadas através de recursos próprios ou por contracção de empréstimos nas instituições financeiras, possivelmente pela banca comercial ou os Microcréditos.

Entretanto, a banca comercial é excluída. Na Banca Comercial<sup>59</sup> os colaterais são muito elevados, os desembolsos são intempestivos para os camponeses que fazem-se as agências individualmente. Nos

---

<sup>55</sup> A disponibilização do equipamento aos camponeses da associação é feito via aluguer. Os gestores dos parques dos equipamentos normalmente são camponeses retirados da actividade agrícola para tal ou que tenham algum cargo.

<sup>56</sup> Esta deve-se pelo facto das Demonstrações Financeira (DF) serem referentes a produção de todas as culturas.

<sup>57</sup> Este capital é muito importante para a operacionalização do negócio.

<sup>58</sup> Esta forma de organização financeira, Marion (2009) denomina de parceria. Esta parceria evidencia-se pelo facto do Estado subsidiar, isentar ou dar tratamento especial a determinada actividade. Neste caso, a produção é vista como estratégica.

<sup>59</sup> Na Vila de Moamba existem duas agências bancárias, nomeadamente, BIM e Mozabanco.

Microcréditos os camponeses contraem empréstimos para o fundo de maneio de forma individual. Nas instituições supracitadas as taxas de juros são elevadas sendo entre 25% a 30% e 35% a 45%, respectivamente. A morosidade processual na banca comercial inviabiliza a maior parte do esforço<sup>60</sup> feito pelos camponeses da Associação Agro-pecuária de Moamba. Os camponeses procuram conjugar de forma controlada o plantio das culturas, a disponibilização do financiamento e o clima. Nos Microcréditos, as taxas de juros são as mais elevadas, entretanto, há flexibilidade na disponibilização do crédito e estes são céleres em termos burocráticos, não importando se é contraída de forma individual ou colectiva, tornando-se na opção viável para o financiamento dos camponeses<sup>61</sup> e que torna-se no mecanismo massivamente aderido.

Em seguida são analisados as DMR por Natureza dos anos 2018 e 2019.<sup>62</sup> Estes anos não foram atípicos, as calamidades naturais e humanas não foram relevantes, pois, o ónus dos camponeses aumentaria. A DMR Global da Tabela 10 demonstra o desempenho financeiro do Camponês X.

Tabela 10-Demonstração de Resultado Global

<b>Camponês X (em mt)</b>					
<b>Nuit: 00000000000</b>					
<b>Rubricas</b>	<b>2018</b>	<b>A.V(%)</b>	<b>2019</b>	<b>A.V(%)</b>	<b>A.H(%)</b>
<b>Venda de bens e Serviços</b>	2.786.990,00	100,00	3.203.412,00	100,00	114,94
<b>Custo de Inventários Vendidos ou Consumidos</b>	552.810,00	19,84	576.401,00	17,99	104,27
<b>Custo com Pessoal</b>	99.750,00	3,58	96.750,00	3,02	96,99
<b>Fornecimento de Serviços e Terceiros</b>	136.000,00	4,88	135.200,00	4,22	99,41
<b>Amortizações</b>	-	-	-	-	-
<b>Outros Ganhos e Perdas Operacionais</b>	64.000,00	2,30	62.000,00	1,94	96,32
<b>Resultados Operacionais</b>	1.934.430,00	69,41	2.333.061,00	72,83	121,27
<b>Rendimentos Financeiros</b>	-	-	-	-	-
<b>Gastos Financeiros</b>	327.500,00	11,75	371.906,00	11,61	113,56
<b>Resultados antes do Período</b>	1.606.930,00	55,66	1.961.155,00	61,22	122,04
<b>Impostos sobre Rendimentos</b>	-	-	-	-	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>	1.606.930,00	55,66	1.961.155,00	61,22	122,99

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que em ambos anos os valores monetários têm crescido. Este crescimento é superior a inflação de 11% segundo o BM (2020). Nota-se na DMR que as vendas aumentaram 14.94%, as

<sup>60</sup> Os camponeses ressaltam a questão de colaterais, afirmam que mesmo sendo a Associação a se fazer às agências não é sanada o problema, podendo-se somente conseguir a flexibilidade do atendimento do documento. A celeridade procedimental, o quadro normativo e atendimento positivo pela banca cabe as políticas bancárias, mas, a flexibilidade e a limitação de âmbito para decisões financeiras são feitas ao alto nível da gestão bancária com base numa lógica padronizada internacionalmente e baseada nos pressupostos externos do país. Os altos gestores bancários dos bancos estruturantes são muita das vezes estrangeiros do país oriundo o capital (BM, 2019) ou apontados por estes.

<sup>61</sup> O mapa das actividades e recursos necessários são baseadas e ajustadas de acordo com Marion (2009). Vide a pauta no Anexo II.

<sup>62</sup> De agora em diante os anos das análises são tomados nesta ordem de anos, salvo em caso referenciados.

rubricas Custos com Pessoal, Fornecimento de Serviços e Terceiros e Outros Ganhos e Perdas Operacionais baixaram no ano seguinte, embora numa proporção não relevante. Este factor contribuiu para o aumento dos Resultados Operacionais e do Resultado Líquido do Período, i.e., deixando de lado a melhoria de desempenho das outras rubricas. As Rubricas em branco são as que não são usadas pelos camponeses por não se ter transacção ou por se ter isenção pelo Estado.

Na DMR nota-se que os Custos de Inventários Vendidos ou Consumidos<sup>63</sup> absorvem quase ¼ (19,84% e 17,99% respectivamente), seguem os custos relativos ao pagamento das taxas de juros que são Gastos Financeiros que oscilam entre 11,75% e 11,61%. Com as taxas de juros propostas, os camponeses devem adaptar-se de modo a usar o crédito de forma eficiente e combinada. Nesta ordem de ideia as taxas de juros de FDA tornam-se estratégicas, traduzindo-se em ganhos entre as partes.<sup>64</sup> O FDA exige entre 3% a 6% como juros e as mesmas são feitas sobre a disponibilização das sementes da cultura.<sup>65</sup> Consoante as DMR ambos anos foram positivos, sendo os Resultados Líquidos do Período correspondentes a acima da metade das vendas (55,66% e 61,22%, respectivamente). Em seguida é analisado o Capital Alheio denominado por Serviço da Dívida<sup>66</sup> que é constituída por Gastos Financeiros e os Empréstimos Obtidos conforme a Tabela 11. A separação do Serviço da Dívida deve-se ao facto do Empréstimo Obtido ser uma conta do Balanço<sup>67</sup>. Na rubrica dos Resultados Líquidos do Período que correspondem a 55,66% para 2018 e 61,22% para 2019 retiram-se os Empréstimos Obtidos.<sup>68</sup>

Tabela 11-Demonstração de Resultado Global do Rédito

<b>Camponês X (mt)</b>					
<b>NUIT: 00000000</b>					
<b>Rubrica</b>	<b>2018</b>	<b>A.V (%)</b>	<b>2019</b>	<b>A.V(%)</b>	<b>A.H(%)</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	1.606.930,00	55,66	1.961.155,00	61,22	122,04
<b>Empréstimos Óbtidos</b>	950.000,00	34,09	1.043.334,00	27,26	109,85
<b>Rédito do Período</b>	656.930,00	23,57	917.821,00	28,65	139,71

Fonte: Elaborado pelo autor

<sup>63</sup>Nesta rubrica foram retirados os valores relacionados as Sementes referentes a cultura da Batata-reno que são financiados pelo FDA.

<sup>64</sup> Os ganhos apresentam-se pelas taxas de juros baixas para os camponeses e o FDA por se ter uma cultura de difícil produção e rendimentos financeiros.

<sup>65</sup> Neste processo o FDA seleciona, compra e mobiliza as sementes aos camponeses. Os camponeses fazem-se ao armazém para levantamento consoante a quantidade solicitada obedecendo a dimensão disponibilizada para a cultura e esta quantidade é entregue a um preço bonificado e sem custos adicionais.

<sup>66</sup> O Serviço da Dívida é o resultado do somatório entre Empréstimos Obtidos e Gastos Financeiros.

<sup>67</sup> Este instrumento das DF não foi apresentada por motivos devidamente justificados.

<sup>68</sup> Este corresponde a 34,09% para 2018 e 27,26% para 2019, e tudo a situação muda. Esta análise faz-se no Serviço da Dívida.

Ao olhar-se o Serviço da Dívida nas DMR partindo-se do Resultado Líquido do Período referente aos anos em análise pode-se afirmar que a situação torna-se inquietante. De acordo com a Tabela 12 das DMR do Serviço da Dívida afirma-se que estas correspondem quase entre  $\frac{1}{3}$  e  $\frac{1}{2}$  das Vendas (45,84% e 38,87%, respectivamente) ficando o camponês X com o quantitativo entre  $\frac{1}{4}$  e  $\frac{1}{3}$  das Vendas (23,54% e 28,65%) como lucro. Assim, nota-se que o Serviço da Dívida ou o custo do capital é maior que o rendimento do camponês e outros custos inerentes a viabilização da produção.

Tabela 12-Demonstração de Resultado do Serviço da Dívida

Camponês X								
NUIT: 00000000								
Ano	Rubrica	Batata-reno	Tomate	Pimento	Pepino	Repolho	Total	A.V (%)
2018 (i=40%)	Gastos Financeiros	93.500,00	66.000,00	62.000,00	36.000,00	70.000,00	327.500,00	11,75
	Empréstimos Obtidos	365.000,00	165.000,00	155.000,00	90.000,00	175.000,00	950.000,00	34,09
Total	Serviço da Dívida	458.500,00	231.000,00	217.000,00	126.000,00	245.000,00	1.277.500,00	45,84
2019 (i=42%)	Gastos Financeiros	101.606,00	76.300,00	69.700,00	42.300,00	82.000,00	371.906,00	11,61
	Empréstimos Obtidos	390.239,00	181.667,00	165.952,00	110.238,00	195.238,00	873.334,00	27,26
Total	Serviço da Dívida	491.845,00	257.967,00	235.652,00	152.538,00	277.238,00	1.245.240,00	38,87

Fonte: Elaborado pelo autor

Este facto prova que o custo financeiro para fazer frente as necessidades do camponês é elevado. Neste processo todo o camponês toma o risco integral do negócio, sendo que as instituições de Microcréditos não aceitam o prejuízo e o FDA embora, tenha os seus mecanismos mais ponderados também sanciona. O não pagamento do Serviço da Dívida pode pelo FDA e pelas Instituições de Crédito extinguir a possibilidade de empréstimo ao camponês e se este comportamento for repetitivo há possibilidade de retirada do direito de uso da terra pela Associação. A exiguidade financeira pelo FDA e os mecanismos de obtenção, resolução e decisão sobre as necessidades dos camponeses são complexos e morosos, fragmentando as necessidades, olhando-se somente na componente nevrálgica de todo processo de produção que é a semente. Em termos gerais a complexidade, morosidade e foco notam-se pela não consertação até hoje da Represa avariada aquando das cheias de 2000, acto que aumentaria a capacidade de produção e o número dos camponeses no bloco.

#### 4.3 Questões Financeiras Relativas<sup>69</sup> da Batata-reno.

A questão de financiamento das culturas é crítica, sendo que no caso da Batata-reno a situação é estrategicamente minimizada pelos Empréstimos Obtidos no FDA<sup>70</sup>. Quanto as outras culturas e

<sup>69</sup> Toma-se por relativa por indicar o peso da Batata-reno em relação à outras culturas.

<sup>70</sup> Embora seja em espécie, tem grande vantagem por ser sem nenhum custo administrativo somente tem custo de transporte.

rubricas todos processos e procedimentos dependem integralmente do camponês e este mobiliza em instituições e pela lucratividade da cultura estratégica. O FDA financia a cultura estratégica na componente de sementes. Mesmo assim, os custos e a complexidade para outras culturas são elevados. Os camponeses não fazem-se as bancas comerciais por várias questões demonstradas, embora estas sejam instituições financeiras de maior domínio nacional, preferindo-se recorrer aos microcréditos que tomam este segmento de negócio inexplorado. Nos microcréditos as taxas de juros nos anos 2018 e 2019 sempre foram acima de 35% no país, sendo de 40% e 42%, respectivamente, em Moamba para o segmento dos camponeses.

Ao olharmos as DMR em Anexo nas Tabela 18 e 19, nota-se que a Batata-reno tem um peso relativamente superior entre as outras culturas, sendo sempre acima de  $\frac{1}{3}$  (34,88% e 34,15%, respectivamente) de Vendas de Bens e Serviços. A cultura da Batata-reno é seguida pelo Repolho, depois o Tomate, Pimento e por fim o Pepino com 20,76%, 17,31%, 16,67% e 10,38%, respectivamente, para 2018 e para o ano de 2019 tem-se 19,89%, 17,78%, 16,75% e 11,44%, para as mesmas culturas. As proporções em ambos anos são quase idênticos nas diferentes culturas e o mesmo afirma-se em relação às outras rubricas.

Tabela 4-Demonstração de Resultados Relativas do Serviço da Dívida

<b>Camponês X (mt)</b>					
NUIT: 00000000					
<b>Ano</b>	<b>Rubrica</b>	<b>Batata-reno</b>	<b>A.V (%) Global</b>	<b>Total</b>	<b>A.V (%) Relativa</b>
<b>2018</b> (i=40%)	<b>Gastos Financeiros</b>	93.500,00	3,35	327.500,00	11,75
	<b>Empréstimos Óbtidos</b>	365.000,00	13,10	950.000,00	34,09
<b>Total</b>	<b>Serviço da Dívida</b>	458.500,00	16,45	1.277.500,00	45,84
<b>2019</b> (i=42%)	<b>Gastos Financeiros</b>	101.606,00	3,17	371.906,00	11,61
	<b>Empréstimos Óbtidos</b>	390.239,00	12,18	1.043.334,00	32,57
<b>Total</b>	<b>Serviço da Dívida</b>	491.845,00	15,35	1.415.234,00	44,18

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 14, em termos relativos constata-se que para 2018 a cultura da Batata-reno absorveu 16,55% do Serviço da Dívida, sendo na proporção 3,35% para os Gastos Financeiros Globais e 13,10% para os Empréstimos Obtidos Globais. Para as mesmas rubricas no ano de 2019 têm-se 3,17% e 12,18% para Gastos Financeiros Globais e Empréstimos Obtidos Globais, respectivamente, sendo em termos globais, para o Serviço da Dívida para 2019 o valor de 15,35%, o que corresponde à um ligeiro decréscimo nos Gastos Financeiros Globais. Os Empréstimos Obtidos são os mais relevantes.

Os Gastos Financeiros da Batata-reno para 2018 correspondem a 11,75% e os Empréstimos Obtidos Relativos equivalem a 34,09%, o que corresponde no total para o Serviço da Dívida o valor de

45,84%. Para 2019 os Gastos Financeiros Relativos correspondem 11,61% e os Empréstimos Obtidos são de 32,57%. O Serviço da Dívida corresponde à 44,18% do mesmo ano. O que significa que em ambos anos o Serviço da Dívida relativa aproxima-se à ½ da transacção da cultura.

#### 4.4 Questões Financeiras sobre a Batata-reno.

A Batata-reno que é a cultura focal e sob controlo do FDA, ocorre quase que em simultâneo com a cultura de Tomate. A medida que a Batata-reno vai sendo vendida, há preparação da terra para dar lugar à outras culturas consoante as medidas delimitadas. Parte da receita desta cultura é usada como fundo de maneiio para outras culturas. Das 5 culturas tomadas nestes anos, o camponês durante o período da preparação de qualquer cultura procura no máximo usar fundos próprios ou obtidos em 1 mês antes de colocar as culturas no mercado. Esta estratégia deve-se ao facto de as Microcréditos oferecerem somente 1 mês para o pagamento do crédito<sup>71</sup> e os juros. Há que reiterar que o FDA tem taxas de juros mais baixos e longos, entre 3% e 6% /ano.

Tabela 5-Demonstração de Resultados da Cultura da Batata-reno

<b>Camponês X (mt)</b>				
<b>NUIT:00000000</b>				
	2018		2019	
<b>Rubricas</b>	<b>Batata-reno</b>	<b>A.V (%) Própria</b>	<b>Batata-reno</b>	<b>A.V (%) Própria</b>
<b>Vendas de Bens e Serviços</b>	972.000,00	100	1.093.900,00	100
<b>Custo de Inventários Vendidos e Consumidos</b>	180.700,00	18,59	173.014,00	15,82
<b>Custo com Pessoal</b>	27.000,00	2,78	27.000,00	2,47
<b>Fornecimento de Serviços e Terceiros</b>	37.000,00	3,81	35.000,00	3,2
<b>Amortizações</b>	-	-	-	-
<b>Outros Ganhos e Perdas Operacionais</b>	18.000,00	1,85	16.000,00	1,46
<b>Resultados Operacionais</b>	709.300,00	72,97	842.885,00	77,05
<b>Rendimentos Financeiros</b>	-	-	-	-
<b>Gastos Financeiros</b>	93.500,00	9,62	101.606,00	9,29
<b>Resultados antes de Impostos</b>	615.800,00	63,35	741.280,00	67,76
<b>Impostos sobre Rendimentos</b>	-	-	-	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>	615.800,00	63,35	741.280,00	67,76

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 15 nota-se que os Custos de Inventários Vendidos e Consumidos tem a maior proporção na produção da cultura e correspondem a quase ½ da rubrica para a cultura nos anos analisados

<sup>71</sup> Se os valores dos empréstimos excederem são tomados para fazer parte do Serviços da Dívida ou em casos raros como fonte financeira para outras culturas.

(18,59% e 15,82%, respectivamente). Esta rubrica é seguida pelos Gastos Financeiros que representam aproximadamente a  $\frac{1}{10}$  das Vendas de Bens e Serviços da Cultura (9,62% e 9,29%, respectivamente). Os Empréstimos Obtidos correspondem entre  $\frac{1}{3}$  e  $\frac{1}{2}$  da rubrica (37,55% e 35,67%, respectivamente) (Tabela 16). No total temos para o Serviço da Dívida quase  $\frac{1}{2}$  das Vendas de Bens e Serviços da cultura (47,17% e 44,96%). Estes números revelam que quase a metade da Venda de Bens e Serviços da cultura da Batata-reno são absorvidos pelo Serviço da Dívida. As outras rubricas não chegam sequer a ultrapassar a fasquia de 5%.

Se olharmos as proporções financeiras de 2018 das rubricas do Serviço da Dívida na Tabela 16 temos como resultado uma percentagem não muito diferente da A.V relativa. Em termos concretos constata-se que a soma das proporções dos Gastos Financeiros (1,64%) e os Empréstimos Obtidos (32,72%) temos 34,36% que correspondem ao Serviço da Dívida. Fazendo a mesma análise para 2019 as proporções não diferem tanto, sendo o somatório de 36,41% para o Serviço da Dívida do FDA<sup>72</sup>.

Tabela 6-Demonstração de Resultados do Serviço da Dívida da Cultura da Batata-reno

Camponês X (mt)						
NUIT:00000000						
Ano	Rubrica	Batata-reno	A.V (%)	Serviço da Dívida A.V (%)	Total	% Relativa
2018 (FDA, i=5%) (i=40%)	Gastos Financeiros (FDA)	7.500,00	0,77	1,64		2,29
	Gastos Financeiros (Microcréditos)	86.000,00	8,85	18,76		26,26
	Gastos Financeiros Totais	93.500,00	9,62	20,39	327.500,00	28,55
	Empréstimos Obtidos (FDA)	150.000,00	15,43	32,72		15,78
	Empréstimos Obtidos (Microcréditos)	215.000,00	22,12	46,89		22,63
	Empréstimos Óbtidos Totais	365.000,00	37,55	79,61	950.000,00	38,41
<b>Total</b>	<b>Serviço da Dívida</b>	458.500,00	47,17	100	1.277.500,00	35,89
2019 (FDA,i=5%) (i=42%)	Gastos Financeiros (FDA)	9.106,00	0,83	1,85		2,45
	Gastos Financeiros (Microcréditos)	92.500,00	8,46	18,81		24,87
	Gastos Financeiros Totais	101.606,00	9,29	20,66	371.906,00	27,32
	Empréstimos Obtidos (FDA)	170.000,00	15,54	34,56		16,29
	Empréstimos Obtidos (Microcréditos)	220.239,00	20,13	44,78		21,11
	Empréstimos Óbtidos Totais	390.239,00	35,67	79,34	1043.334,00	37,40
<b>Total</b>	<b>Serviço da Dívida</b>	491.845,00	44,96	100	1.415.240,00	34,75

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Tomando ainda as componentes do Serviço da Dívida para a análise das proporções das rubricas, tem-se que os Gastos Financeiros da Cultura correspondem entre  $\frac{1}{4}$  e  $\frac{1}{3}$  (28,55% e 27,32%, respectivamente) para produção da cultura em relação ao total dos Gastos Financeiros do ano. Ao tomar o mesmo raciocínio em relação aos Empréstimos Obtidos tem-se entre  $\frac{1}{3}$  e  $\frac{1}{2}$  (37,55% e 38,41%, respectivamente) o que significa que esta rubrica é uma das mais elevadas. Em termos do

<sup>72</sup> Constituída por 1,85% e 34,56% de Gastos Financeiros e Empréstimos Obtidos, respectivamente.

Serviço da Dívida tem-se quase  $\frac{1}{2}$  (47,17% e 44,96%, respectivamente) da Venda de Bens e Serviços absorvidos por esta componente. Em termos relativos da cultura com as outras temos a proporção da cultura de Batata-reno entre  $\frac{1}{3}$  e  $\frac{1}{2}$  (35,89% e 34,75%, respectivamente) para o Serviço da Dívida.

Ao olharmos Gastos Financeiros pelo FDA notamos a sua insignificância na estrutura do Serviço da Dívida sendo menos de 1%. Enquanto a mesma rubrica para Microcréditos é significativa e chega a constituir mais de 90% da estrutura dos Gastos Financeiros. Quanto aos Empréstimos Obtidos nota-se que embora a proporção do FDA seja maior que a da rubrica transacta, continua inferior. Este facto faz concordar que a repressão financeira é fundamental neste caso.

No geral pode-se dizer que as rubricas relacionadas com o Serviço da Dívida são as que tomam maiores proporções. Nestas, as relativas as Microcréditos tomam quase acima de  $\frac{2}{3}$  do Serviço da Dívida, o que significa que a proporção destas superam as da FDA que representam quase a metade destas, tornando o papel da repressão financeira estratégica.

## Capítulo V

### Conclusão e Recomendações

#### 5.1 Conclusão

As zonas rurais são as que têm agricultura como maior actividade económica, em contrapartida são as que têm menos instituições vocacionadas para esta actividade. São últimos a receber e usar assertivamente as tecnologias pela fraca difusão. A maior parte dos pequenos e médios agricultores são informais e são marginalizados pelas instituições. Como forma de contornar essa questão elas procuram organizar-se em associações por distritos para que haja interlocução válida na obtenção de benefícios. Estes agricultores têm grande importância por assegurar o fornecimento de produtos agrícolas frescos à locais de aglomeração populacional.

A Repressão Financeira tem papel importante na viabilização da agricultura de pequena escala através da cultura estratégica dado ao fraco desempenho do mercado financeiro. A agricultura de Pequena e Média Escala pode ser mais potenciada se forem tomados alguns pontos relevados e contorná-los. Na rentabilidade da actividade, o Serviço da Dívida tem papel preponderante, destacando-se neste os Empréstimos Obtidos.

Através da repressão financeira asseguram-se acções complexas sob controlo dos camponeses despoletando e dinamizando as actividades, tornando-os minimamente viáveis. Sem repressão financeira ou se esta actuasse numa cultura pouco estratégica os resultados seriam diferentes e fracos, pois, a organização, a influência, o tratamento, as actividades necessárias, a complexidade e o rendimento não seriam os mesmos, tornando-se mais asfixiantes, comprometendo toda engenharia financeira e agrícola do camponês.

Portanto, o Serviço da Dívida é um dos que mais absorve os recursos financeiros, o que é asfixiante ao camponês. O Serviço da Dívida proveniente das Microcrédito toma a maior proporção e os do FDA menos, sendo que os últimos são mais aconselháveis, mas, menos disponíveis. A cultura estratégica é a dinamizadora, o que a torna preponderante. O Serviço da Dívida tem iguais implicações supracitadas nas diferentes culturas e na cultura estratégica.

A conjugação do financiamento do FDA e das Microcréditos cria um precário equilíbrio nas actividades dos camponeses nas diferentes culturas. Os bancos comerciais têm demonstrado desajustamento à este segmento, por isso, são excluídos pelos camponeses, embora as taxas de juros por eles aplicados sejam aceitáveis. A persistência, a experiência, o sacrifício, a paciência, a cultura,

solidariedade e a disciplina são activos intangíveis que os camponeses complementam de forma benéfica para uma boa finalidade agrícola.

## **5.2 Recomendações**

Para maior eficiência da produção pode-se mapear e homogeneizar os produtos por distrito ou camponeses, consoante a sazonalidade, característica produtivas do distrito e fiscalizar para o cumprimento das metas. Mas para tal deve-se alocar todos serviços necessários para tal objectivo. Entretanto, sem alocação eficiente e atempada a possibilidade de exigência será fraca.

Devem ser criadas associações por distrito de modo a ter um esquema de apoio sólido e uma calendarização eficiente das actividades, numa abordagem “*bottom-up*”. Neste esquema muitos problemas podem ser solucionados como a questão dos insumos, armazenamento, transportes, comercialização, contabilidade, reembolso dos impostos e outros. A informação deve ser obtida a partir da localidade numa abordagem de observação participante por meio de alguém externo ao circuito. Esta é uma forma de obter informação fiável em relação ao circuito, pois, os actores muitas vezes não fazem-se presentes em grandes conferências ou workshops. O Financiamento ao camponês devia ser feito à toda cadeia do sector agrícola, adaptado aos camponeses em causa com mais recursos e esta deve ser feita mediante a destinação das actividades do sector e fases consoante os valores monetários disponibilizados. A abordagem “*top-down*” não é fidedigna as necessidades dos camponeses.

Há que ter uma interacção inter-ministerial para o sucesso destes actores. Os respectivos ministérios devem ter gabinetes específicos que lidam com os problemas destes camponeses e as suas necessidades devem ser respondidas de forma flexível ao nível dos vários ministérios, as respostas devem ser concertadas. E cada ministério deve saber responder sobre a área da sua jurisdição. O Ministério de Indústria e Comércio deve procurar criar uma cadeia de valor vertical e saber canalizar uma parte para a indústria de processamento ou para a conservação.

A Repressão Financeira é importante para pequenas explorações agrícolas. Além da Repressão Financeira há outras formas em que o Estado deve criar para viabilizar a agricultura de pequena escala. O Estado pode participar e facilitar na criação do capital de risco ou integrar este serviço no FDA. Esta pode ser uma forma de minimizar os riscos e aliviar a factura do FDA, que em algum momento demonstra-se financeiramente asfixiada.

## Bibliografia

Amarcy, S. e N. Massingue (2011) *Desafios da Expansão de Serviços Financeiros em Moçambique*. In: de Brito, Luís et al. (org.) (2011) *Desafios para Moçambique*. IESE, Maputo. Pp 185-206.

Amarcy, S. (2012); *Opções de Financiamento do Investimento Público: Um olhar crítico sobre o PARP 2011-2014*. In: de Brito, Luís et al. (org.) (2012) *Desafios para Moçambique 2012*. IESE, Maputo. Pp 221-230.

Arndt C. and F. Tarp (2000). *Agricultural technology, risk and gender: a CGE analysis of Mozambique*. *World Development*, 28 (7): pp 1306-26.

Arndt, C. et. al. (2008). *Higher Fuel and Food Prices: impacts and responses for Mozambique*. *Agricultural Economics*, nº 39; Pp 497-511.

Biggs et al. (1999) *Structure and Performance of Manufacturing in Mozambique*. Regional Program and Enterprise Development (RPED). World Bank: Washington.

Neves, A. (2003); *Alocação do Crédito como Factor de Desenvolvimento das PMEs em Moçambique*. Cooperação italiana; nº1/ 2003. Maputo.

Castel-Branco, C. (2012). *PARP2011-2014: Contradições, Tensões e Dilemas*. In: de Brito, Luís et al. (org.) *Desafios de Moçambique*. IESE: Maputo. Pp 105-116.

Castel-Branco, C. N. (1994). *Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário*. In : Castel-Branco, C. N. (org.). *Moçambique, Perspectivas Económicas*. UEM-Fundação Friedrich Ebert, Maputo, Moçambique. Pp 31-87.

Cunguara, B. (2011). *Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário*. IFPRI-Michigan State University, Maputo.

Cunguara, B. and K. Moder (2011). *Is agricultural extension helps the poor? Evidence from rural Mozambique*. *Journal of African Economies*, 30

de Carvalho, R. (2010), *Compreender mais África; Fundamento para Competir no Mundo*. Temas e

Debates-Círculo de Leitores, Portugal.

Faculdade de Economia (2011). *Guião de Trabalho Científico*. Maputo: UEM.

Ferreira, R. e A. de Sá (2006); *Separados pelo Atlântico e Unidos pela Contabilidade*; Edição da CTOC; 1ª Edição; Lisboa.

Francisco, A. (1987). *A Produção e Comercialização de Hortofrutícolas da Zona Suburbana para a Cidade de Maputo no Contexto da Liberalização de Preços*. Tese de Licenciatura, Faculdade de Economia, UEM. Maputo.

Hanohan, P. e T. Beck (2007) *Serviços Financeiros ao Alcance de África*. Banco Mundial.

Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15-IOF 2014/15 (2016a) *IOF 2014/15; Relatório do Módulo da Força de Trabalho*. INE, Maputo.

Instituto Nacional de Estatísticas (INE) – Ministério da Agricultura (MINAG) (2011). *Censo Agro-Pecuário 2009-2010: Resultados Definitivos*. INE-MINAG, Moçambique.

IOF 2014/15 (junho 2016b) *IOF 2014/15-Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar; Quadros Básicos*. INE, Maputo.

Jafarov, E. et al. (2020) *Financial Repression is Knocking at the Door, again. Should we be Concerned?* IMF WP/19/211. Western Hemisphere Department.

Lundin, I. B. (2016). *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*. Editora Escolar, Maputo.

Marconi, M. e E. Lakatos (2009). *Metodologia Científica*. 5ª Edição, Editora Atlas S.A, São Paulo.

\_\_\_ (2012). *Metodologia do Trabalho Científico*. 7ª Edição, 7ª Impressão Revista e Ampliada, Editora Atlas. São Paulo.

Marion, J. (2010). *Contabilidade Rural*. Editora Atlas, 10ª Edição, São Paulo.

Massarongo, F. e C. Muianga (2011). *Financiamento do Estado com Recurso à Dívida*. In de Brito,

L. et al. (org.) *Desafios para Moçambique*. IESE: Maputo. Pp 161-184.

Matias, R. (2013). *Cálculo Financeiro: teoria e prática*. 4ª Edição, Escolar Editora, Lisboa.

Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar - MASA (2016) *Anuário de Estatísticas Agrárias 2015*. MASA, Maputo.

Ministério de Administração Estatal-MAE (2005) *O Perfil dos Distritos: Província de Maputo*. MAE, Maputo.

Mosca, J. (1999). *A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*. Estudos e Documentos, Instituto Jean Piaget: Lisboa.

Muianga, C. (2012), *Desafios de Desenvolvimento da Base Produtiva: Um olhar a partir do PARP 2011-14*. In: de Brito, L. et al. (org.) *Desafios para Moçambique*. IESE, Maputo. Pp 203-221.

Nitsch, M. e C. Santos (2001), *Da Repressão Financeira ao Microcrédito*. Revista de Economia Política. Vol.21, n°4 (84); outubro-dezembro. Brasil. Pp 172-183.

Ossemane, R. (2011). *Desafios de Expansão das Receitas Fiscais em Moçambique*. In: de Brito, L. et al. (org.) *Desafios de Moçambique 2011*. IESE: Maputo. Pp 133-160.

Stiglitz, J. and A. Weiss (1981) *Credit Rationing in Markets with Imperfect Information*. The American Economic Review. Vol. 71, n° 3. Pp 393-410.

Stiglitz, J. (1994) *The Role of the State in Financial Markets*. World Bank: Washington, D.C.

Studart, R. (1993), *O Sistema Financeiro e Financiamento de Crescimento; uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional*. Revista de Economia Política; Vol. 13; n° 1; Janeiro-Março, Brasil.

\_\_\_ (1996) *The Efficiency of the Financial System, Liberalization and Economic Development*. Journal of Post Keynesian Economics. Vol.18, n° 2. Pp 265-289.

\_\_\_ (2003) *Estado, Mercados e o Financiamento de Desenvolvimento: Algumas Considerações*. CEPAL-UFRJ: Rio de Janeiro.

USAID (2008), *Investimento Privado no Sector da Agricultura em Moçambique*. Nathan Associates; USAID; Maputo.

\_\_\_ (2007). *Constrangimentos do Sector Financeiro no Desenvolvimento do Sector Privado em Moçambique* (Sumario Executivo). USAID, Maputo.

Vala, S. (2012); *Associativismo Agrícola e Promoção de Desenvolvimento Economico Local em Moçambique (2001-2007): O caso da Associação Samora Machel no Distrito Municipal Kamavota (Cidade de Maputo)*. In: Vala, S. *Temas sobre o Desenvolvimento Economico Local: Pontos e Contrapontos*; Índico Editores; Maputo.

Veiga, J. (2000), *Associativismo/Cooperativismo: Curso de Formação de Promotores de Grupo*. MADER/Ministério de Agricultura, das Pescas e Desenvolvimento Rural em Portugal; Maputo.

Wernke, R. (2014) *Custos Logísticos; Ênfase na gestão financeira de distribuidoras de mercadorias, transportadoras rodoviárias de cargas, operadores de logísticos e empresas com frota própria*. Editora MAG, Maringá, Brasil.

World Bank (2006) *Mozambique Agricultural Development Strategy: stimulating smallholder agricultural growth*. Report n° 33416MZ. Washington DC, World Bank.

Yúlek, M. A. (2017). *Why governments may opt for financial Repression policies: selective credits and endogenous growth*. Economic Research. Routledge; Taylor and Francis Group. DOI:10.1080/1331677X.2017.1355252

Yunus, M. (2002) *O Banqueiro dos Pobres*. Difel: Portugal.

## **Legislação**

**Boletim da República** (2006). Decreto-Lei n° 2/2006 de 3 de maio de 2006. Estabelecimento de Termos e Procedimentos para a constituição, reconhecimento e registo das associações agropecuárias. I Série, Número 18. Publicação Oficial da República de Moçambique.

**Boletim da República** (2006), Decreto n°21/2006 de 29 de junho de 2006. Cria o Fundo de

Desenvolvimento Agrário (FDA) e aprova o Estatuto Orgânico. I Série, Número 26. Publicação Oficial da República de Moçambique.

**Boletim da República** (2009). Diploma Ministerial n°80/2009 de 6 de Maio de 2009. Aprova o Regulamento Interno do FDA. I Série, Número 18. Publicação Oficial da República de Moçambique.

### **Lista de Entrevistas**

Pedro Zangarote, Departamento Financeiro-FDA

Joel Sauane, Departamento Técnico-FDA,

Miguel Mabote, Funcionário do Serviço Distrital de Actividades Económicas de Moamba.

Camponês X, da Associação Agropecuária de Moamba, Entre 2020-2023

Camponeses da Associação Agropecuária de Moamba, Entre 2020-2023

## Anexos

Figura 2-Credencial



Faculdade de Economia

AO

FUNDO DO DESENVOLVIMENTO  
AGRÍCOLA (FDA)

MAPUTO

### C R E D E N C I A L

O Sr. **VICTOR ABED NEGÓ SELINDANE** é estudante do curso de Licenciatura em Contabilidade e Finanças, nesta Faculdade.

No âmbito do plano de estudos ora em curso na nossa Faculdade, este estudante é chamado, nesta fase, a realizar trabalho de pesquisa relacionado com a formação cujo tema se designa: **"O PAPEL ESTRATÉGICO DA REPRESSÃO FINANCEIRA PARA AGRICULTURA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE MOAMBA"**.

Neste contexto a Faculdade de Economia apraz o apoio de V.Excia, na disponibilização de toda informação relevante e possível para o sucesso do trabalho do estudante acima referido.

Desde já gratos pela vossa cooperação.

Com melhores cumprimentos.

Maputo, 26 de Fevereiro de 2020

  
Duarte Bernardo L. Lichuça  
Assistente Universitário



Tabela 7-Mapa de Componentes para o Crescimento das Culturas

<b>Culturas Temporárias</b>					
<b>Designação</b>	<b>Culturas 1</b>	<b>Cultura 2</b>	<b>Cultura 3</b>	<b>Cultura 4</b>	<b>Cultura 5</b>
<b>Formação</b>					
Sementes					
Plantio					
Adubação					
Calcário					
Mão-de-obra					
Irrigação					
Herbicidas					
Produtos Quimicos					
<b>Colheitas</b>					
Mão-de-obra					
Combustível para Veículos					
<b>Produtos Colhidos</b>					
Beneficiamento					
Acondicionamento					
<b>Vendas do Produto</b>					
Custo de Produtos Vendidos					
<b>Despesas do Período</b>					
De Vendas					
Administrativas					
Financeiras					
<b>Total</b>					

Fonte: Adaptado de Marion (2009: 17).

Tabela 8-Demonstração de Resultados Relativos (2018)

<b>Camponês X (mt)</b>							
<b>NUIT: 00000000</b>		<b>2018</b>					
<b>Rubricas</b>	<b>Batata-reno</b>	<b>A.V (%)</b>	<b>A.V (%) Própria</b>	<b>Tomate</b>	<b>Pimento</b>	<b>Pepino</b>	<b>Repolho</b>
<b>Vendas de Bens e Serviços</b>	972.000,00	34,88	100	482.390,00	464.600,00	289.300,00	578.700,00
<b>Custo de Inventários Vendidos e Consumidos</b>	180.700,00	6,48	18,59	96.600,00	92.300,00	51.210,00	132.700,00
<b>Custo com Pessoal</b>	27.000,00	0,97	2,78	16.000,00	19.000,00	13.750,00	24.000,00
<b>Fornecimento de Serviços e Terceiros</b>	37.000,00	1,33	3,81	24.000,00	24.000,00	19.000,00	32.000,00
<b>Amortizações</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros Ganhos e Perdas Operacionais</b>	18.000,00	0,65	1,85	12.000,00	11.000,00	90.00,00	14.000,00
<b>Resultados Operacionais</b>	709.300,00	25,28	72,97	333.790,00	318.300,00	196.340,00	376.700,00
<b>Rendimentos Financeiros</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Gastos Financeiros</b>	93.500,00	3,35	9,70	66.000,00	62.000,00	36.000,00	70.000,00
<b>Resultados antes de Impostos</b>	615.800,00		<b>63,35</b>	267.790,00	256.300,00	164.340,00	306.700,00
<b>Impostos sobre Rendimentos</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Líquido do Período</b>	615.800,00	22,10	63,35	267.790,00	256.300,00	164.340,00	306.700,00

Fonte: Elaborado pelo Autor.

